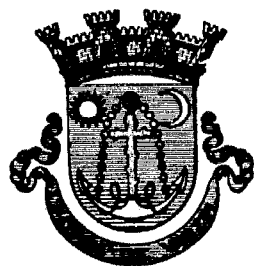


# PÓVOA DE VARZIM

BOLETIM CULTURAL



VOL. IX

1970

N.º 2

EDIÇÃO  
DA  
CÂMARA MUNICIPAL

# Sobre as origens do Barco Poveiro (\*)

por OCTÁVIO LIXA FILGUEIRAS

## *Antecedentes*

Ficou bem patente em «O Barco Poveiro» (1), e «Barcos da Costa Norte — sua contribuição no estudo de áreas culturais» (2), não só o interesse documental do tipo da embarcação «poveira», como elemento de referência na história das póvoas marítimas nortenhas, mas também a complexidade da análise duma filiação tipológica de tal modelo, e do processo da sua introdução ou adaptação local.

Em primeira tentativa, o estabelecimento dum quadro geral de factos convergentes, interessando essas matérias, encontrava-se muito comprometido pela inexistência de documentação disponível que permitisse filtrar e cerzir informações fragmentárias, descontraídas e, muitas delas, sem suporte técnico satisfatório (3).

---

(\*) Comunicação apresentada no Congresso Luso-Espanhol de Estudos Medievais das Comemorações do XI Centenário de Vímara Pêres — Porto, Junho de 1968; revista e actualizada em 1970 (Setembro / Outubro).

(1) Octávio Lixa Filgueiras, «O BARCO POVEIRO», Póvoa de Varzim, Edição da Câmara Municipal — 1966 / livro-separata do texto publicado no Boletim Cultural «Póvoa de Varzim»: vol. III (1964) págs. 60 a 98 e 272 a 304; vol. IV (1965) págs. 46 a 143 e 269 a 294; e vol. V (1966) págs. 18 a 118 /.

(2) Octávio Lixa Filgueiras, «BARCOS DA COSTA NORTE, sua contribuição no estudo de áreas culturais», sep. das Actas do III Colóquio Portuense de Arqueologia, in «Lucerna», vol. IV (1965). págs. 341 a 372.

(3) Id. ib., pág. 32.

Se, por um lado, o precioso estudo de Alberto Sampaio, — «As Póvoas Marítimas» (4) — tão brilhantemente complementado por um pequeno artigo de Michel Mollat sobre a vida marítima na Galiza no século XII (5) — nos elucidava acerca das linhas capitais dum processo de povoamento litorâneo, por outro, a relação de identidade proposta pelo primeiro destes Autores — *sarcinaria*  $\cong$  *lancha* — constituía uma hipótese de simples imaginação (6).

Quanto às posições paralelas de Manuel Silva (7) e Jaime Martins Barata (8) pareciam contrariadas pelas indicações de

(4) Alberto Sampaio, «AS PÓVOAS MARÍTIMAS», in «Estudos Históricos e Económicos», Ed. da Livraria Chardron, de Lello & Irmão, Limitada, Vol. I, Porto, 1923: págs. 255 a 369.

(5) Michel Mollat, «NOTES SUR LA VIE MARITIME EN GALICE AU XII<sup>e</sup> SIÈCLE, d'après L'Historia Compostellana» in Anuario de Estudios Medievales, ed. Instituto de Historia Medieval de España, vol. I, Barcelona, 1964: págs. 531 a 540.

(6) «Talvez não estejamos muito longe da verdade se imaginarmos as *sarcinaria* galegas e portuguesas, apossimadamente semelhantes às lanchas poveiras da actualidade. Em todo o caso foram elas» (*sarcinaria*) «que sustentaram a pequena navegação costeira, não obstante a falta de fomento governativo e os assaltos dos piratas». ob. cit. pág. 286. Anteriormente estabelecera o seguinte paralelo: «Uma nota retrospectiva lançada na *História Compostellana*, elucida-nos assás sobre a espécie de embarcações que havia e sabiam fabricar aqui (...). O autor, é verdade refere-se aos galegos; mas tendo os portugueses a mesma civilização, tanto monta falar duns como doutros: podemos por isso apropriar sem restrições, o passo, que diz — *Venum enim vero Galliciani, nec navis construere exceptis sarcinariis, nec velifero biremibus, pelagi alta secare in consuetudine habebant*. Destas palavras tam explícitas, escritas por um contemporâneo, com os factos á vista, antes da chegada dos genovezes, resulta, sem sombra de ambiguidade, que os armadores ao norte do rio Minho não costumavam construir senão barcas de carga (*sarcinariis*), nem os nautas demandavam o alto-mar á vela em biremes. Dada a homogeneidade e relações estreitas entre eles e os seus vizinhos até ao Douro, havemos de concluir que a instrução era idêntica; ambos não iam além de aparelhar essas barcas que singravam terra a terra. Esta deficiência do ensino tradicional denuncia quam fraco êle foi na antiguidade na costa da Gallaecia, e ao mesmo tempo fornece-nos ainda uma prova de não ter havido dela então navegações seguidas para a Itália, as quais excitariam a actividade dos habitantes e lhes proporcionariam mais amplos conhecimentos». Id. ib. págs. 285-286.

(7) «A lanca, que ainda se vê, de boca aberta, larga em desproporção do comprimento e de quilha pouco saliente, é do tipo das embarcações escandinavas, apropriadas à navegação costeira ou através dos fiordes: canais estreitos e contorcidos através da penedia; a âncora de ferro tem poucos anos de uso geral, não sendo difícil encontrar ainda exemplares do velho prisma de granito encaixado em aduelas de madeira — a poita — antecessora daquela; o uso de bússola, descoberta, ou melhor, usada, desde o século 14 na grande navegação, só tarde aqui chegou e por instrumental defeituoso; a gente além de poucas embarcações, temia os assaltos dos corsários, muito numerosos no século 16». Manuel Silva, «A PÓVOA E AS SUAS CRISES ECONÓMICAS» in Boletim Cultural «Póvoa de Varzim», vol. II (1959), no. 1, pág. 74. Vd. também, adiante, a nota 65.

(8) «...a barca poveira, de linhas hirtas e secas, de manifesta influência nórdica...»: Jaime Martins Barata, «OS NAVIOS DO INFANTE E OS BARCOS DA COSTA DE PORTUGAL», in «O Diário de Notícias» de 29 de Agosto de 1960.

origem do método de construção que os mestres carpinteiros das nossas praias mortenhas têm vindo a seguir com a mais escrupulosa uniformidade, o qual método em confronto com o observado na feitura das embarcações de incontestada proveniência nórdica — as dos nossos principais rios do noroeste (9) — sugeria um facies tecnológico mediterrânico (10). Esta impressão ficava ainda mais reforçada ao observar-se uma distribuição de formas congêneres (lanchas), por correspondente área cultural meridional, desde os actuais calões do Algarve até certos barcos de pesca fotografados em Creta (11). É bem de ver que uma tal relação das áreas meridionais (extremas) com o Noroeste primava por insólita, e uma corrente de influência orientada de Sul para Norte como a esboçada no mapa III de «Construções Navais Portuguesas» (12), mesmo com as emendas, reparos ou reservas com que este se encontra reproduzido em «Barcos da Costa Norte» (13), e em «O Barco Poveiro» (14), não se enquadrava de maneira convincente numa perspectiva cultural (evolutiva) da zona em referência.

(9) Sobre o assunto, cfr. Octávio Lixa Filgueiras, «ENTRE NORMANDOS E ÁRABES NAS MARGENS DO DOURO», sep. de «Studim Generale», vol. X (1963) Porto; págs. 5 a 49. A documentação fotográfica do processo construtivo encontra-se reproduzida, com suficiente pormenor, em «RABÕES DA ESQUADRA NEGRA», do autor, sep. editada por «O Pejão», da Empresa Carbonífera do Douro, Porto, 1956: texto publicado na mesma revista nos n.º 87 (Dezembro de 1955 págs. 8 a 11), 88 (Janeiro de 1956, págs. 8 a 11), 89 (Fevereiro de 1956, págs. 8 a 11), 90 (Março de 1956, págs. 8 a 11), 91 (Abril de 1956, págs. 8 a 11), 92 (Maio de 1956, págs. 8 a 9) e 93 (Junho de 1956, págs. 8 a 10).

(10) «O navio do sul parece ter sido construído bem como construímos nossos navios de aço de hoje» (na década de 30). «Antes de mais nada construía-se o arcabouço e depois as pranchas eram fixadas nele. Mas no norte, o casco externo era colocado em primeiro lugar e as costelas e as traves de suporte vinham depois. Era um método que devia ter oferecido certas vantagens práticas visto que os engenheiros navais holandeses o usaram até princípios do século dezoito», (além da diferença entre o tabuado liso — no sul — e o tabuado trincado — no norte). H. Van Loon, «NAVIOS, e de como êles singraram os sete mares», Edição da Livraria do Globo, Porto Alegre, 1936, págs. 72 a 73 e 89. Em «Barcos da Costa Norte» e «O Barco Poveiro», respectivamente a págs. 19 e 123, transcreve-se da obra de Jean Poujade, «LA ROUTE DES INDES ET SES NAVIRES», ed. Payot, Paris, 1946, págs. 265, a descrição do método (originário do Mediterrâneo) conhecido sob a designação de «Gabarit de St. Joseph». Vd. nota 28 do presente estudo.

(11) Gravura que ilustrava um artigo de Jacques Lacarrière, «SILENCE DE LA CRÈTE», in «Actualité Littéraire», n.º 36, de Junho de 1957.

(12) Octávio Lixa Filgueiras, «CONSTRUÇÕES NAVAIS PORTUGUESAS», sep. das «Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros», Coimbra, 1965: págs. 305 a 332. A gravura em ref. encontra-se na pág. 316.

(13) Ob. cit. fig. 31 (h. t.)

(14) Ob. cit. fig. 69 (pág. 135)

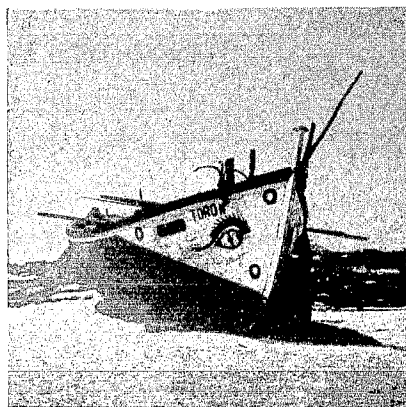


Fig. 1  
Fig. 2  
Fig. 3

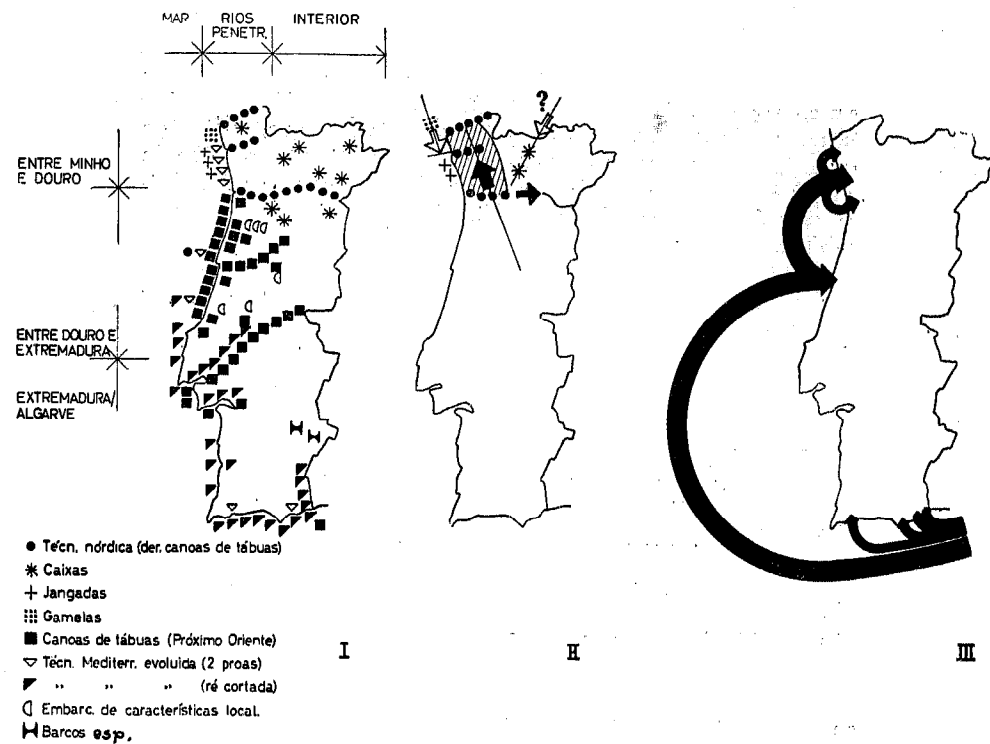
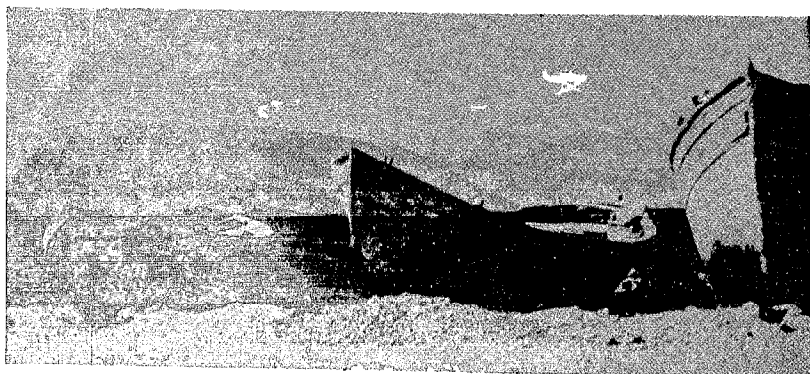


Fig. 1 — Lancha Poveira (Matosinhos, fim do século passado. Foto do arquivo do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Alberto Laura Moreira, gentilmente cedida por intervenção do Arq.<sup>to</sup> António M. Menéres). Fig. 2 — Calão algarvio (modelo actual).

Fig. 3 — Foto reproduzida do artigo "Silence de la Crête", págs. 14-15 do n.º 36 de "Actualité Littéraire". Acerca da sugestão que estes casos provocavam vd. também a fig. e respectivo comentário.

Fig. 4 — Mapas I-II-III de "Construções Navais Portuguesas", do autor. Comparar com os mapas da Fig. 36 do presente estudo. O mapa II é de rever quanto ao significado das setas a negro (que não correspondem a um sentido de difusão das embarcações de tábuas trincada do NO.) e ao da seta interrogada (no que se refere ao das "barcas", pelo interior montanhoso — NE.).

Já no estudo das siglas poveiras (15) me impressionaram dois factos: a constância (o aparente exclusivo) (16) do uso dessas marcas nas colmeias pescadeiras aparentáveis, também caracterizadas pela tradicional representatividade do mesmo tipo de barco (17); e a correspondência com as marcas dinamarquesas de Funen — aliás das casas de lavoura — (18) correspondência essa que, conjugada com algumas «semelhanças formais que encontrei entre o barco da Póvoa e certo género de barcos de pesca dinamarqueses» me obrigaram, afinal, «a considerar a análise das possíveis relações com o Norte da Europa» (19).

Ainda como chamada para uma outra área cultural do Norte, dispenha, também, de um depoimento perentório de François Beau-douin: «quand à ta deuxième question concernant la «LANCHA» de Póvoa de Varzim elle est positive, beaucoup de bateaux des côtes françaises appartiennent à cette famille, le *sinagot* aussi, il est à arrière pointu, le tableau est à introduction récente sur les

(15) Octávio Lixa Filgueiras, «ACERCA DAS SIGLAS POVEIRAS», sep. das Actas do IV Colóquio Português de Arqueologia, in «Lucerna», vol. V (1966): págs. 664 a 689.

(16) A exclusividade verifica-se nos nossos dias; mas seria necessário ver nos nossos arquivos paroquiais se tal costume estava generalizado; e o significado da existência de siglas em Sesimbra, segundo referência devida a Rafael Monteiro (cfr. nota 41 na ob. cit. anteriormente). Acerca das marcas de gado cfr. de Jorge Dias «Vilarinho da Furna» págs. 81/82 e «Rio de Onor», pág. 183.

(17) Ancora, Viana de Castelo, Fão, Póvoa de Varzim, Valbom (apesar das suas lanchas poveiras já terem desaparecido há muito), Buarcos. A área de expansão do barco poveiro chegou a ser maior: segundo A. Baldaque da Silva, em «ESTADO ACTUAL DAS PESCAS EM PORTUGAL», ed. Imprensa Nacional, Lisboa, 1891, pág. 402 usavam-se em Lavos (ainda vi um *batel* na Gala), Nazaré, Cascais, Sesimbra (cfr. com o que se diz sobre siglas na nota anterior!), Setúbal, etc. Porém, limitamos a observação às colmeias diferenciadas e aparentáveis entre si: sendo muito largas as navegações dos poveiros não admira a expansão (em todo o caso, relativa) dos seus barcos para sul — mas, a sul do Douro, o núcleo com importância (pelo menos segundo o que se sabe) é Buarcos. Sobre a unidade das outras colmeias portuguesas do Norte (Valboeiros — incluindo os núcleos de Valbom, Campanhã e S. João da Foz —, Gontinheiros e Vianezes) cfr. de A. Santos Graça, «Pescadores do Alto — Os *Valboeiros*», in *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, vol. IX, fasc. 3, Porto 1941, págs. 209 a 211.

(18) Entretanto, Santos Graça em «Inscrições Tumulares por Siglas», Póvoa de Varzim, 1942, a págs. 41/42 fala também na Aguçadoura, aldeia marítima onde a apanha das algas atingiu grande importância, como centro onde se observa o uso das siglas. Em relação às siglas de Funen, cfr. «Acerca das Siglas Poveiras» cit. págs. 19 e 20, 23 e 24.

Ver adiante a parte da carta do Dr. Ole Crumlin-Pedersen, mencionando a existência de tal costume entre os pescadores da Dinamarca.

(19) «O Barco Poveiro» cit., nota final, pág. 173.



Fig. 5 — «Les sinagots pirates du Golfe du Morbihan» (Foto Erwan Quemere — postal ilustrado Iris 70S, gentil envio do Arq.<sup>to</sup> J. Fraigneau).

bateaux français. Nous avons même un bateau tout à fait semblable, qui s'appelle également la «LANCHE» (20).

Mas faltava o principal: informações sobre a Galiza que permitissem desfazer a solução de continuidade existente. Na verdade, a progressão de um conjunto de factos de ordem cultural — que pareciam vir a revestir-se de aspectos de grande unidade e importância —, do Norte até ao Douro, não poderia deixar de ficar marcada com suficiente nitidez entre os pescadores da Galiza. Ora, excepção feita às variadas invocações de parentesco colhidas na obra de Santos Graça (21), ou das suas referências a usos comuns (22), e até a certos hábitos, como a compra do *listrão* para a noiva (23) que atestam a vulgar frequência da Galiza — independentemente dos azares das tempestades (24) —, excepção feita a tais achegas («unilaterais», chamemos-lhes assim) era-me extremamente difícil

(20) Estas indicações, recebidas em 1964, e genericamente referenciadas (só a existência da «lanche» francesa) em «Barcos da Costa Norte» cit., pág. 30, e «O Barco Poveiro» cit., pág. 140, aguardaram que fosse possível reunir mais elementos relacionados com as embarcações tradicionais das costas francesas, permitindo o confronto directo com a documentação proposta por René Yves Creston em «Considérations Techniques sur la Flotte des Vénètes et des Romains», sep. de «Notices d'Archéologie Armoricaine», in Annales de Bretagne, tomo LXIII, 1956, fasc. 1.

(21) Como veremos adiante, O Autor trata declaradamente de uma ascendência comum, em «Inscrições Tumulares por Siglas», cit., págs. 42 a 43 e 45 a 46; para a unidade entre as colmeias portuguesas já indicámos a sua posição na parte final da nota 17; e em «Epopéia dos Humildes», Póvoa de Varzim, 1952, a págs. 145 a singela referência: «Boa e santa gente galega. Bem irmã da nossa» mostra a propensão afectiva para a filiação comum.

(22) Nomeadamente as «Siglas», conforme o Autor citado refere em «Inscrições Tumulares por Siglas» págs. 42-43; as «pelinhas», que também iremos relacionar em pormenor, etc.

(23) «Era obrigatório ao rapaz-noivo, quando tivesse de fazer uma arribada a qualquer praia espanhola, trazer à sua noiva um *listrão* — cordão grosso, em côres, com borlas na ponta, que servia de faixa para arregaçar as saias. Mal o barco abicava, o rapaz saltava fora, e ali mesmo, na praia, e na presença de todos, fazia a oferta» — A. Santos Graça, «O Poveiro», ed. do Autor, Póvoa de Varzim, 1932, nota de fim de pág. 178.

(24) Segundo o «Inquérito Industrial de 1890» — vol. V: A PESCA, pág. 107, «os portos de abrigo dos pescadores da Póvoa de Varzim eram VIGO, GUARDIA, Leixões e Buarcos. Mas as navegações extensas e normais ultrapassavam a observação restrita de Oliveira Martins de que «hoje (...) as nossas lanchas de pesca só acoissadas pelos temporaes se alongam até á bahia da Byscaina» («Portugal nos Mares», pág. 203, cit. por Alberto Sampaio, «O Norte Marítimo», in «Estudos Históricos», pág. 393): a observação de Fonseca Cardoso a que se refere a nota 93 é bem elucidativa da normalidade de contactos mais ou menos distantes, como aliás a própria existência do hábito do *listrão* já o fazia pressupor.

obter confirmações directas, de índole mais específica: acerca de barcos, apesar de na «Encyclopedia Portugueza Illustrada», de Maximiano Lemos, o termo *lancha* aparecer vinculado a uma origem «castelhana» (25), ninguém, de entre os meus amigos galegos, me sabia dar notícia de modelos iguais aos nossos; e a própria utilização das siglas foi-me posta em dúvida, sendo formal a negação da sua utilização recente.

Entretanto, com o correr do tempo iam-se concretizando novas situações.

Em certa ocasião o Dr. Arminido Santos Graça, conversando nós acerca dos trabalhos de seu Pai, rememorou que existia uma apreciação de «O Poveiro», devida presumivelmente ao Prof. Mendes Correia na qual se estabeleceria paralelo com os bretões, a partir de um livro de Brunet. A asserção acabou por não se verificar, conforme se depreende do texto seguinte que acabei por descobrir mercê duma feliz intuição do Dr. Flávio Gonçalves (26):

Santos Graça e a Sociedade de Antropologia e Etnografia.

*Em sessão científica, reuniu na quinta-feira, a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia, tendo presidido à sessão o eminente sábio sr. Dr. Mendes Correia.*

*Referindo-se a esta sessão, diz o «Primeiro de Janeiro» de ontem:*

*«Antes da ordem da noite, o sr. presidente congratulou-se com o acolhimento que no estrangeiro tem sido feito por especialistas competentes a 2 trabalhos apresentados na Sociedade por membros desta: a monografia do sr. António dos Santos Graça sobre os pescadores da Póvoa de Varzim*

(25) Maximiano Lemos, «Encyclopedia Portugueza Illustrada», Ed. Lemos & C.<sup>ª</sup>, Successor, Porto: «Pequena embarcação que os navios conduzem e que é empregada no seu serviço / BARCO DE MAIORES DIMENSÕES QUE O BOTE, MAS ANÁLOGO EM FEITIO, E QUE É EMPREGADO EM TRANSPORTAR CARGAS» (...). Apesar destas limitadas informações, reproduz a gravura duma «lancha hespanhola», armada com dois bastardos do género dos da gravura da *lancha xeiteira* da obra adiante cit., de Xoaquín Lorenzo Fernandez.

(26) Após uma tentativa infrutífera para encontrar a notícia nos «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», o Dr. Flávio Gonçalves aconselhou-me a consultar a colecção de «O Comércio da Póvoa de Varzim», onde na verdade, no n.º 9, de Sábado, 4 de Março de 1934 (Ano 31), acabou por ser detectada. Entretanto a recensão crítica de «O Poveiro», devida a Mendes Correia, e publicada na obra acima referida, também interessa registar:

e as «Notas Etnográficas sobre Barcelos» da sr.<sup>a</sup> D. Fernanda de Matos Cunha, licenciada pela Faculdade de Letras do Porto e actualmente bolseira da Junta de Educação Nacional. O 1.<sup>o</sup> trabalho foi muito elogiado pelo professor F. Kruger no «Volkstum und Kultur der Romanen» e pelo grande etnógrafo Van Gennepe no «Mercure de France», que estabelece curiosas comparações entre os costumes poveiros e os dos Tesseln do Valais, dos Znaky da Rússia do Norte, dos Esquimós e sobretudo dos pescadores marroquinos. Van Gennepe compara apenas a rica monografia de Santos Graça à bela memória de Brunet».

Pela justiça feita ao belo trabalho do nosso querido amigo Santos Graça, daqui lhe apresentamos o nosso abraço de felicitações.

A reminiscência deste eco da imprensa local, sem resultados para o que poderia ter sido a confirmação das possíveis afinidades entre poveiros e bretões, vinha evidenciar, pelos paralelismos esboçados, a complexidade do caso, e a necessidade da maior prudên-

«A. Santos Graça — O PÓVEIRO — I vol. de 236 págs., ilustrado — Póvoa de Varzim, 1932».

«Santos Graça enfileira, com o presente livro, no número dos mais distintos etnógrafos portugueses. Rocha Peixoto descortinára nêle a vocação investigadora, mas não o deixou a morte prematura estimular-lha para que se traduzisse numa pronta coordenação e publicação de materiais. A necessidade de vir à imprensa corrigir algumas inexactidões alheias, o convite de amigos que o seu retraimento modesto penalizava, trouxeram o A. ao labor contínuo e à divulgação, pela conferência e pelo livro, dos ricos materiais colhidos.»

«A fisionomia dos poveiros, o seu regime comunitário, as marcas, balizas e divisas que êles usam, as alcunhas, as relações com os estranhos à comunidade, as superstições, crenças e lendas, a medicina popular, as máximas, provérbios e preságios, as festas tradicionais e vida marítima, a vida económica, a vida doméstica, a infância, o casamento, a morte, os barcos, rédes e aprestos, o cancionero, o vocabulário — eis os assuntos que, em sucessivos capítulos do mais atraente interesse, Santos Graça expõe.»

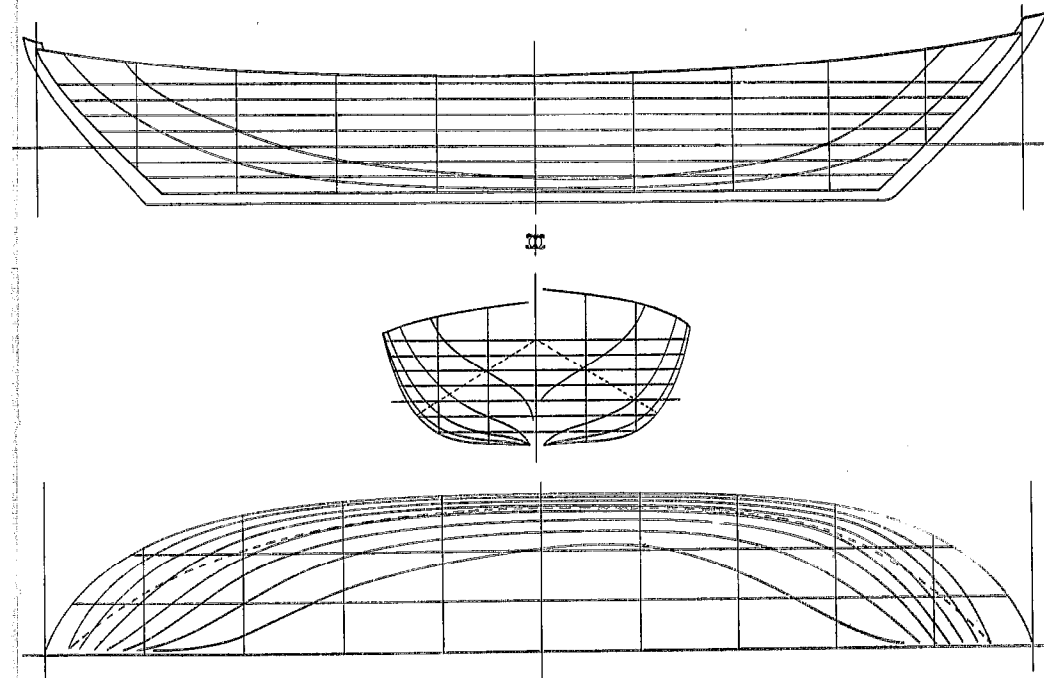
«É verdadeiramente notável a discriminação que A. faz das marcas — como que braços familiares — usadas pelos poveiros e a<sup>ta</sup> agora de sentido deveras enigmático.»

«O trabalho de Santos Graça tem um alto valor científico e nacional. São as monografias como esta que melhor dão a consciência da Pátria. E, se atentarmos em que a traineira, o cerco americano, os vapores de arrasto, reduziram, como assinala o A., de 52 a 3 a magnífica frota poveira dos *lanchões*, se atentarmos em que se está desfigurando com as intrusões inevitáveis da moderna concorrência a fisionomia sugestiva da velha comunidade, reconhece-se a extensão enorme do serviço que Santos Graça prestou, fixando ainda os aspectos tradicionais dessa típica e admirável colmeia piscatória. Bem haja por isso o novo e excelente consócio que ao labor da nossa agremiação veio trazer o seu entusiástico e prestante concurso» (M. C., «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia» vol. VI, 1933-1934, págs. 97-98).

cia no estabelecimento de inter-relações. Elas, porém, iam-se firmando, conforme se depreende desta passagem de uma carta que me enviava o Dr. Ole Crumlin-Pedersen:

«I was very glad too to receive your letter of 23rd May with a drawing of the fishing boat from Póvoa de Varzim. I do agree with you that the lines of the boat seem to resemble those of certain Danish craft, and I send you a measured drawing of a «håvbad» («seaboat») which is built at about 1850 in the western Jutland of a length of about 10 m. This type of boat is developed from an older type of seaboat with a flat bottom part and raking stem and stern almost exactly like those of the Portuguese boat. This older type appears to me to be of Frisian origin and a photo and a measured drawing of a model of this type of boat will be printed in my article about Frisian shipbuilding». «I will try to find

Fig. 6 — Plano geométrico do «Håvbad» a que se refere a carta reproduzida.



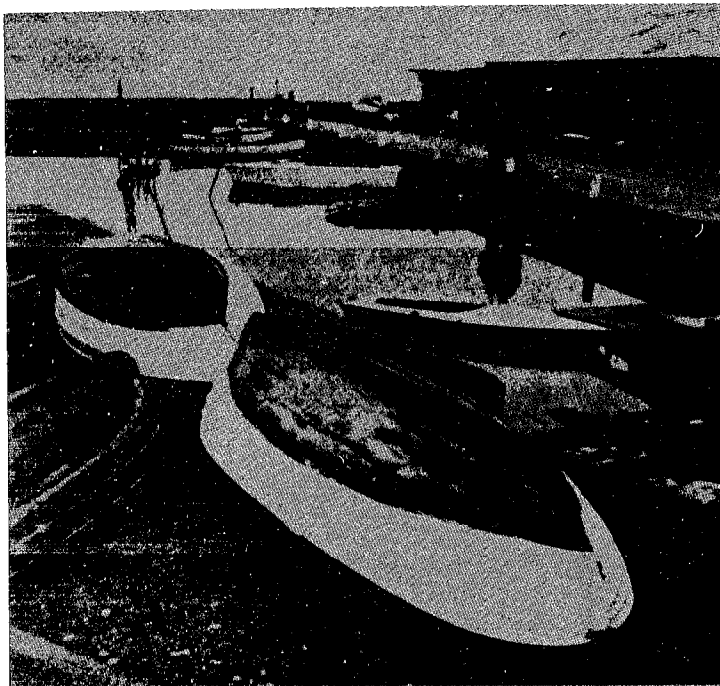


Fig. 7 — "The harbour of Roskild with crafts of different types, showing that the basic forms of the *cog*, the *knar* and the *holk* still are in use" (Fig. 26 da publicação "Cog-Kogge-Kaag", do Dr. Ole Crumlin-Pedersen),

some illustrations to copy for you concerning owners marks on fishing gear around the Baltic area» (27).

E no Colóquio Internacional de Etnografia, das Comemorações do I Centenário de Rocha Peixoto juntei nada menos que três observações da maior actualidade:

— o Professor Doutor Heningsen (Dinamarca) no seu discurso da sessão de encerramento — 29-X-66 — deu a conhecer que nos *fjords* da Jutlândia (N. da Dinamarca) as cenas da vida dos pescadores eram parecidas com as que vira, em noite anterior, no filme «Ala Arriba», nomea-

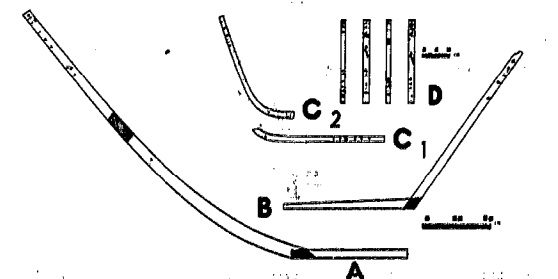
(27) Com data de 9 de Junho de 1965. O mais antigo barco frisio, na obra mencionada, é de 1720; mas, quer em estrutura, quer em forma não lembra o modelo poveiro, ao contrário do tipo representado no plano geométrico que o Autor teve a gentileza de me enviar (cfr. Ole Crumlin-Pedersen, «Cog—Kogge—Kaag. Track af en Frisisk Skibstypes Historie», ed. Handels—Og Søfartsmuseets, Årbog, 1965 / cfr. figs. 19 e 26).

damente o sinal de luto das mulheres, pondo a saia dos ombros pela cabeça — caso de coincidência que até agora não encontrara em nenhum outro sítio;

— o Dr. Pimentel Barata, na sessão de trabalhos da manhã desse mesmo dia, destacara que o método de construção naval descrito por Furttenbach — «Gabarit de St. Joseph» (28) — se espalhara pela Europa, incluindo as costas francesas atlânticas, não se confinando, portanto, à orla mediterrânica;

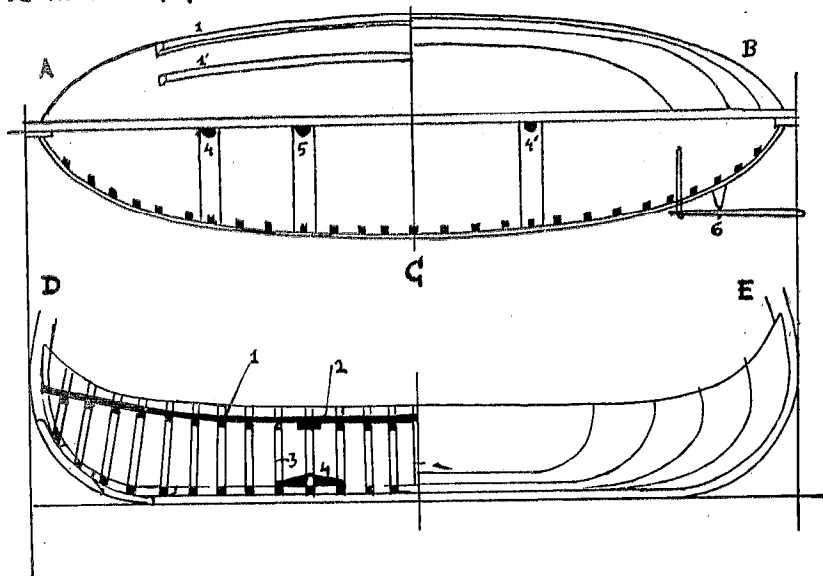
(28) «En Méditerranée ce sont au contraire les pièces de charpente transversale, les couples, qui servent à établir les formes d'une coque; la méthode, abâtardie aujourd'hui, se rencontre plus ou moins bien employée en Espagne, en France, en Italie, à Malte, en Tunisie; elle est connue sous le nom de *Gabarit de Saint Joseph*, patron des charpentiers; nous en avons trouvé la description détaillée dans la méthode de construction de la galère de Malte, recueillie en Italie, par un architecte tyrolien nommé Joseph Furttenbach (...). Il montre comment une seule pièce de charpente, qui constitue le côté du maître couple (l'allonge), monté sur un fond plat, sert de modèle pour tracer tous les couples de la galère. Il est fort intéressant de remarquer que tous les bateaux construits par la méthode de Furttenbach ont le fond plat. Les charpentiers la corrigèrent en suite pour obtenir les varagues acculées et les fonds moins plats, plus favorables à la marche; cette rectification des formes est certainement due à une influence étrangère au bassin occidental de la Méditerranée, difficile à déterminer quand à présent. Il semble par ailleurs que les bateaux longs de l'antiquité grecque aient eu le fond arrondi ou même formé de portions de cercles; on voit que des influences diverses, dont on pourra peut-être un jour percer le mystère, se sont manifestées en Méditerranée à diverses époques» (Jean Poujade, «La Route des Indes et ses Navires», cit., p. 265). Cfr. cit. de Van Loon na nota 10.

Fig. 8 — Moldes e réguas para a traçagem da roda de proa, cadaste e cavernas do barco poveiro.



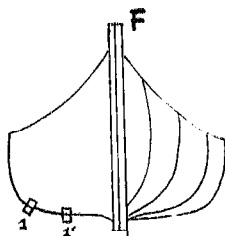


PLANS des COQUES SUPPOSÉES des NAVIRES VÉNÈTES // éch 2 m/P.M.

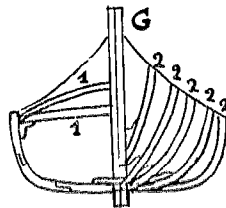


A: COQUE // dessous  
1,1' quilles d'échouage

C: PONT  
4,4' emplantures // 2 mâts  
5 id // 1 mât  
6 Gouvernail babord



F: Lignes d'écu  
1,1' quilles d'échouage



B: Lignes d'eau

D: coupe  
1 pont  
2 emplanture // pont  
3 membrures  
4 emplanture // fond

E: Lignes d'eau

G: coupe  
1 barrots (transtra)  
2 membrures

Fig. 9 — Reconstituição hipotética dos navios vênéticos, devida a R. Y. Creston.

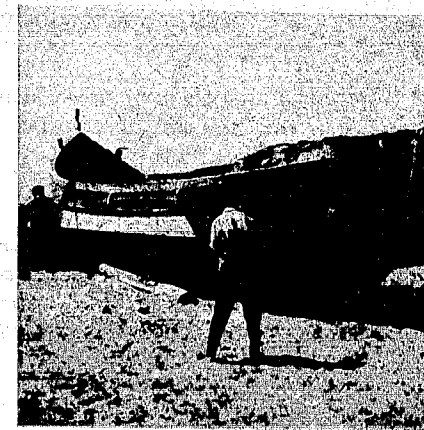


Fig. 10 — Barca da Nazaré.

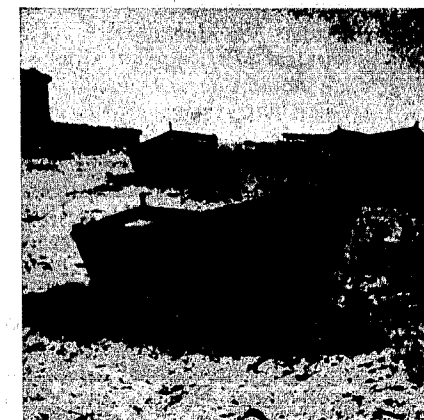


Fig. 11 — Batel de Fão e bote (poveiro).

— A. Percier lembrava-se que o Cte. René Creston lhe dissera haver «embarcações arredondadas», na zona Armórica (29).

(29) À aparente semelhança entre as *barcas* da Nazaré e a reconstituição hipotética dos navios vênéticos, constante do artigo de R. Y. Creston cit, na nota 20 sobrepuseram-se, portanto, os indícios de relação de outro género de embarcações — estas só de pesca — tal como o *sinagot*, com o «barco poveiro».

Em princípios de 1967 recebi uma extensa carta do Dr. Manuel Leitão com algumas observações de interesse:

«O BARCO DA PESCADA de Buarcos, de que existem fotografias na Coleção Seixas, era de facto um «poveiro» com dois «bastardos». Se acreditarmos na tese do Poujade (é natural que as armações e os cascos dos barcos sejam distintas), parece tratar-se do casco «poveiro» adoptando um velame meridional na zona limítrofe de Buarcos/Figueira em vez de manter o velame inicial, que era de pendão e mesmo redondo. Uma das gravuras de 1789 que o meu amigo publica mostra o velame igual ao que era utilizado correntemente pelos barcos da Ria de Pontevedra naquele tempo. Ver o livro ARCHIVO DE MAREANTES de José Filgueira Valverde (Museo de Pontevedra), Estampa XLII «pesca a la cacea» 1791. O meu amigo dirá se estas velas vieram para cá ou foram para lá; mas não parece haver dúvida de que existiram em ambos os sítios. Temos aliás, no mesmo ARCHIVO, estampas de «jábegas» em Pontevedra em 1771, redes de «bou» em 1791, a apanha do «argazo» igualmente em 1791, e é de notar que a traineira de Corbaceiras era exactamente igual à antiga traineira a remos e a vela de Peniche, o que demonstra uma incontestável correspondência entre as várias localidades da costa oeste da Península, quer sejam espanholas ou portuguesas».

«Os barcos da Ria de Pontevedra — «lanchas de xeito» («parejas» e «enviadas») de Cobarceiras — eram muito parecidas com o «poveiro», mas tinham menos lançamento de proa. Estou convencido que o antigo «poveiro» era também menos lançado e que a forte inclinação da roda de proa que se observa hoje (e que não é tão acentuada nas estampas antigas — Baldaque da Silva, por exemplo) é uma característica relativamente moderna. O mesmo tem acontecido hoje com as lagosteiras e traineiras modernas».

Enfim, em Dezembro de 1967 ofereceu-se-me a oportunidade de realizar uma viagem de estudo às Rias Baixas: utilizei na sua preparação as obras «Galicia», de Carlos Martínez-Barbeito (30) e «Galicia — guía espiritual de una tierra» de José María Castroviejo (31) onde, pela primeira vez, encontrei fotografias documentando flagrante identidade entre o «barco poveiro» e a «lancha

(30) Carlos Martínez-Barbeito, «Galicia», Ediciones Destino, Barcelona, 2.ª edição, 1965.

(31) José María Castroviejo, «Galicia, Guía Espiritual de Una Tierra», ed. Espasa-Calpe, S. A., Madrid, 1960.

galega»; e em Buéu, onde fidalgamente me atendeu D. José Maria Massó confirmei essa mesma identidade.

Ao apresentar esta nova achega para a solução de caso tão especial devo esclarecer que não reuni o conjunto de elementos suficientes para chegar a um resultado que se possa considerar definitivo, por devidamente comprovado. Carreando algum material novo e revenido o já existente, limitar-me-ei a um pequeno ensaio de montagem para que, sujeito à crítica dos especialistas das várias matérias abordadas, seja de utilidade no esclarecimento deste caso.

## I — IDENTIDADE DE BARCOS GALEGOS E PORTUGUESES

A designação genérica *lancha*, tanto em Portugal como em Espanha diz respeito a embarcações bastante diferentes entre si — quando muito, preferencialmente referenciáveis, na generalidade, a uma forma de extremidades em bico, com a roda de proa mais ou menos curva e maior ou menor lançamento, e o cadaste direito, mais ou menos aprumado, assentes sobre uma quilha de razoável extensão definindo um casco bojudo mas com delgados muito contrastantes.

Na verdade, segundo as fotografias reproduzidas em «Archivo de Mareantes», de José Filgueira Valverde (32) as *lanchas xeiteiras* (da gravura XXXVI), já para não falar das embarcações da gravura XLII, respeitantes à «pesca a la cacea en el siglo XVIII», e da *lancha traineira* (gravura XXXIX), não pertencem ao modelo, em Portugal, denominado «poveiro» — diferenciando, mesmo, entre si —; tal modelo, todavia, pode identificar-se nas gravuras XL, XLV e XLVII da obra acima referida, documentando, cerca do ano de 1900 a saída para o mar das *lanchas de xeito*. Entretanto, na monumental obra de Xoaquín Lorenzo Fernández (33), a *lancha xeiteira* está representada de modo a parecer-se mais com o *barco da pescada* de Buarcos, conforme a figura da página 377 do «Estado Actual das Pescas em Portugal» de Baldaque da Silva, portanto diferente do modelo «poveiro» (34).

(32) José Filgueira Valverde, «Archivo de Mareantes», ed. Instituto Social de la Marina, Pontevedra, 1946.

(33) Xoaquín Lorenzo Fernández, «Etnografía», 2.º volume de «Historia de Galiza», dir. de Ramón Otero Pedrayo, Editorial Nós, Buenos Aires, 1962.

(34) Descontadas, como é evidente, as diferenças dos respectivos velames — as comparações limitam-se às formas dos cascos: apesar de os desenhos a que nos estamos a reportar não constituírem documento gráfico de carácter técnico, mesmo assim são notórias as dissemelhanças entre o barco da gravura da página 376 da obra de Baldaque da Silva, e o da sua vizinha de página 377, respectivamente

Já na preparação da viagem de estudo, a que atrás me referi, estabelecera apontamentos gráficos dos efectivos navais documentados na obra de Carlos Martinez Barbeito, apontamentos que reproduzo como indicação do método de trabalho seguido, e pelos quais fizera a verificação prévia das diferenciações dos efectivos navais existentes, através das fotografias de páginas 97, 98, 102, 169, 206, 217, 228, 229, 253, 282, 349, 369 e 397 da ob. cit.

Como não foi meu propósito, nem houve oportunidade para definir as tipologias desse conjunto de modelos, cingir-me-ei, à do nosso «barco poveiro», que em Bueu tem um importante núcleo de fixação. Povoação, que constitui destacado centro de pesca e da indústria conserveira, beneficia da actividade da ilustre família Massó, devendo-se a D. José Maria a organização dum Museu Naval (particular) de visita obrigatória para quem se interesse por estes assuntos. Além disso, os barcos! Compreende-se o que se possa sentir, depois de tantas indagações infrutíferas, ao deparar-se com os espécimes desejados! A documentação fotográfica anexa permite atestar a absoluta equiparação entre o pequeno barco de pesca da Galiza e as nossas *catraias poveiras*: exceptuadas as diferenças nos remates da boca — nada significativas na definição tipológica (35) —, não só a forma básica do casco é perfeitamente igual, mas também a disposição do tabuado, com as tábuas de fecho rematando os lombos, comprovam a unidade em construção.

A mesma unidade pode estender-se ao sistema vélico predominante na zona, constituído pelo tipo conhecido em França sob a denominação de «misaine bretonne», ainda que certas gravuras — LX e LXII — de «Archivo de Mareantes» sugiram a utilização de velas de penidão mais parecidas com as reproduzidas em algumas gravuras das visitas da cidade do Porto; e na fig. 225 da obra citada de Xaquín Lorenzo Fernández a rusticidade origi-

a «Lancha do alto Poveiro» e o «Barco da pescada» de Buarcos; mesmo admitindo que ambos se pudessem denominar genericamente *lanchas*, a diferenciação do modelo *poveiro* obriga a considerar a sub-divisão tipológica. Cfr. igualmente nota 147 (pág. 128) de «O Barco Poveiro» de m/autoria. Nesta, invoca-se a observação de Pedro Fernandes Thomaz, no artigo «A pesca em Buarcos» publicado em «Portugal», tomo I — 1889 / 1903 — pág. 147, esclarecendo que «os barcos usados em Buarcos para a pesca do alto são de duas espécies: Lanchas poveiras ou simplesmente Poveiras e Lanchas ou Barcos da pescada. As Poveiras, assim chamadas por serem de igual tipo ás usadas pelos pescadores de Póvoa de Varzim (...)».

(35) Em Portugal distinguem-se os modelos com, ou sem *leitos*; com, ou sem *corredores*; e Baldaque da Silva regista, inclusivé, para a «lancha» de Caminha, o pormenor da «pequena coberta com 1 braço de comprimento, a que chamam *tilba*, e que serve para guardar a roupa da tripulação e para esta se abrigar», coberta essa, localizada a meio da embarcação (ob. cit. pág. 273); vid. também «Inquérito Industrial de 1890» págs. 51, 72, 88, 99, 121, 137, 138, 147, 159, 171, 183 e 266; e as figs. 6 e 7 (pág. 18), 12 (pág. 25), 26 (pág. 48), 31 (pág. 72), de «O Barco Poveiro» de m/autoria.


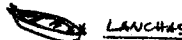
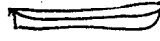
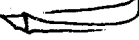




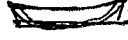


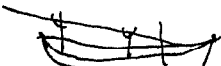
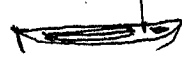

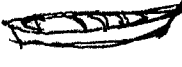



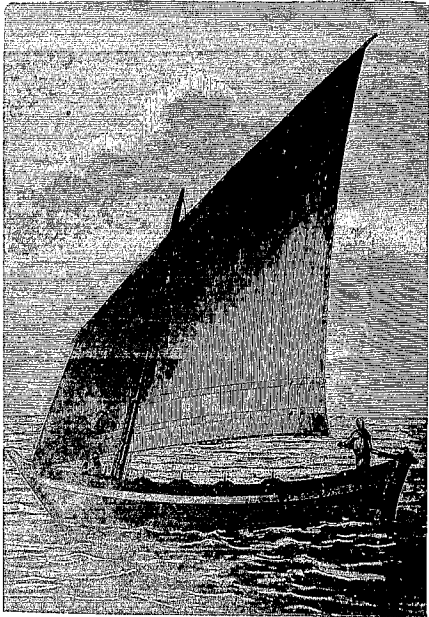
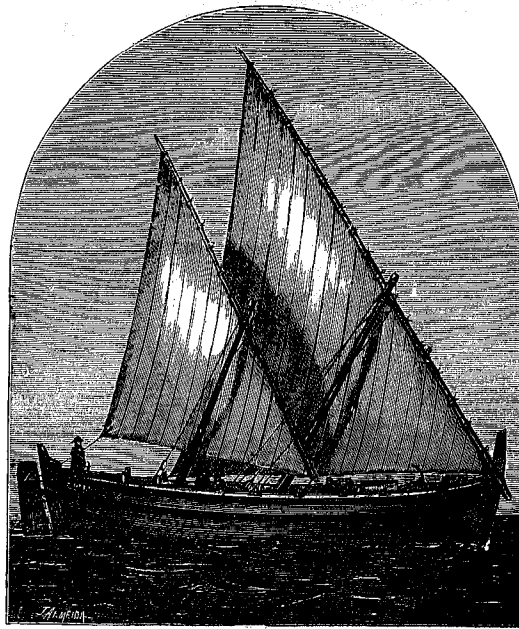
|   | Pg.     | Local                        |
|---|---------|------------------------------|
|     | 18      |                              |
|    | 97      |                              |
|    | 98      |                              |
|    | 102     |                              |
|    | 144     | Puerto Marín<br>(rio Miñilo) |
|    | 169     | Burela (astalun)             |
|    | 193     | Fuente de Ume                |
|    | 206     | Betan 207                    |
|    | 217     | Sada                         |
|   | 228-229 | Comina                       |
|    | 253     | Cayón                        |
|    | 282     | Puerto del Son               |
|   | 287     | St Eugenia de Pinera         |
|  | 288     | Pueblo de Caravinal          |
|  | 349     | Puerto cesures               |
|  | 358     | Grove                        |
|  | 369     | Combarro                     |
|  | 397     | Fuente Saupayo               |
|  | 426     | Baiona                       |
| 11  | 434     | La Guardia                   |

Fig. 12  
Apontamentos  
gráficos  
para uma  
viagem de  
inquérito.



Lancha do alto Poveira

Fig. 13 — *Lancha do alto Poveira* (da ob. cit. de Baldaque da Silva).

Barco da pescada de Buarcos

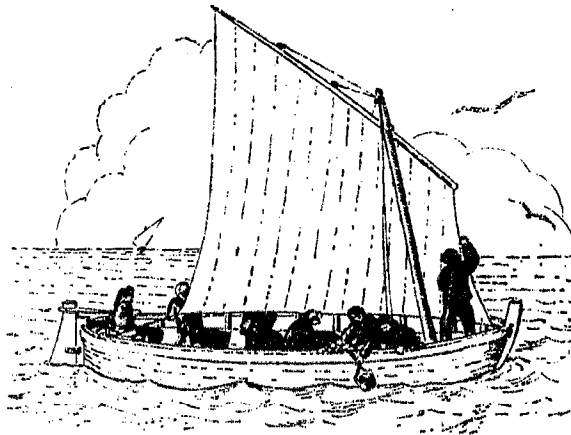
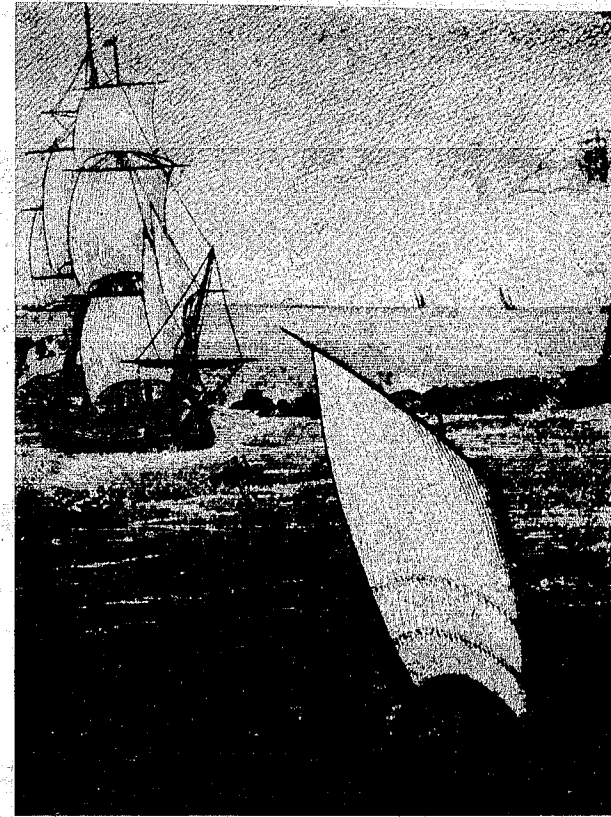
Fig. 14 — *Barco da pescada de Buarcos* (id. ib.).Fig. 15 — *Lancha Xetteira* (da ob. cit. de Xoaquín Lorenzo Fernandez).

Fig. 16 — “Perspectiva da entrada da Barra da Cidade do Porto e Fortaleza que a defende” — pormenor da gravura de 1790, n.º 5 da colecção “Cinquenta Vistas da Cidade do Porto”, ed. da Câmara Municipal do Porto — 1963.

nal da armação esteja «melhorada» com espiadouros que equilibram melhor a parte atrasada da verga. Porém, os panos do *sinagot* esclarecem quanto à variabilidade de formatos desse mesmo tipo de armação (36).

(36) A descrição e comentários devidos a Jean Merrien no seu «Dictionnaire de la Mer», ed. Robert Laffont, Paris, 1958, págs. 590-591, relativos a este género de armação parecem suficientemente elucidativos quanto à sua representatividade de

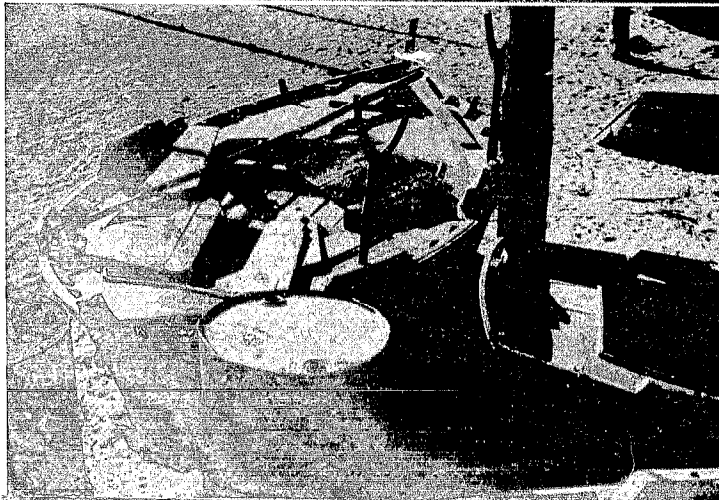
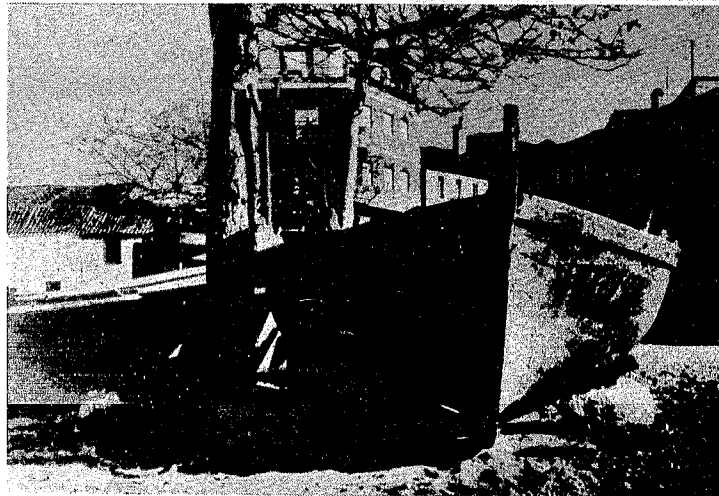
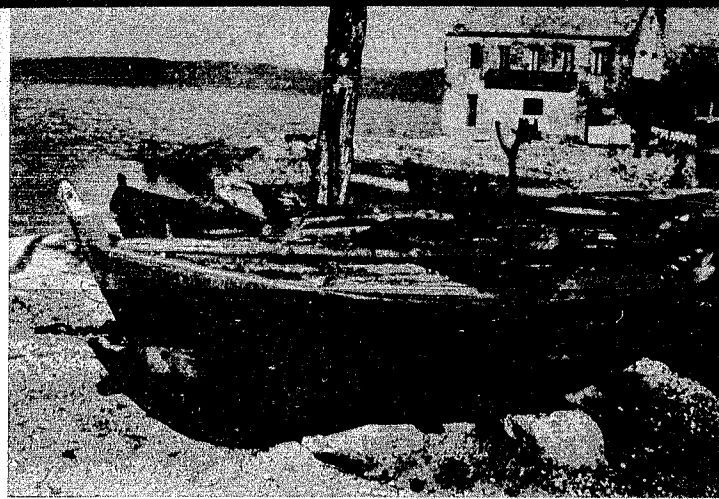
## II — UNIDADE CULTURAL ENTRE COLMEIAS PESCADEIRAS DO NOROESTE PENINSULAR

A comprovação de todas estas convergências obriga a voltar atrás para esclarecimento de certos aspectos importantes, na justa apreciação dos factos de ordem cultural.

Se, nos *Antecedentes*, me referi às «colmeias pescadeiras aparentáveis, também caracterizadas pela tradicional representatividade do mesmo tipo de barco», não posso deixar de anotar que tal representatividade não é sinónimo de exclusivismo, quero dizer: tais colmeias podem utilizar outro género de embarcações, como, por exemplo, a *masseira*.

uma área cultural, e, também a posição especial deste modelo em relação aos panos latinos e às velas de pendão (vd. também ob. cit., *gréer*, pág. 341): «*Voile au Tiers*, ou *misaine bretonne*, appelée officiellement *bouquet* ou, à tort, *voile à bouquet*, voile quadrangulaire, envergée par sa *îètière* (côté supérieur) sur une *vergue*; celle-ci est *estropée* à son premier tiers en partant de l'avant (d'où le nom) par un *ersen* que l'on croche au *rocambeau*, lequel court autour du mât, pour hisser la voile par une seule drisse, la *drisse de rocambeau*. Une partie de la voile au tiers se trouve donc sur l'avant du mât; l'*amure* (angle inférieur avant) est croché un peu devant ce mât (à la paille d'étrave par exemple) ou à son pied même; quand on étarque la drisse, la *chute avant* (côté avant) de la voile, fortement ralinguée (ou une *passerelle* qui agit à sa place), se raidit, et la vergue prend d'elle-même, un *apiquage* plus ou moins accentué (peu pour les *sinagots*, beaucoup pour tous les autres *voiliers au tiers*), la différence de niveau entre le point de chute avant et le foc (arrière) étant le *gore*. La *bordure* (côté inférieur) n'est en général pas *bomée*, encore moins *latée*. La *cbuse arrière* (côté arrière) est sans lattes. L'écoute est *en simple* en général. On prend des *ris* par *garcettes*. On étarque la voile soit en faisant simplement retour au cabillot au vent, soit par une *étarque*, soit par un palan d'amure. / Ce gréement, extrêmement simple (une drisse, une écoute) permettant remonter assez bien au vent, n'exigeant pour le mât (en général *de levée*): aucun haubannage (la drisse en tient lieu), permettant de naviguer sans foc (la voile au tiers étant *balancée* d'elle-même), ne présente qu'un inconvénient: à chaque virement de bord, il faut en principe *gambier*, passer vergue et voile de l'autre côté du mât, faute de quoi on navigue à *bideau* (peu us.), sur le *faux-bord*, vergue sur le mât ce qui fait perdre un peu de route et de lof; à la vérité, même sur ce *faux-bord* le voilier au tiers navigue fort bien. La voile au tiers se traverse très efficacement au vent arrière (...). C'est le gréement type des embarcations et canots, dits *misainiers*, pour lesquels il ne comporte qu'une seule voile (plus un foc de fortune si l'on veut, mais en général inutile) (...) / Des nombreuses chaloupes de pêche grées au tiers jusque vers 1930 (*sardiniers*, *minaboüis*), il ne reste que quelques *sinagots* dans le golfe du Morbihan. Leur voile d'avant était la *misaine*, celle d'arrière le *taillevant*, leur foc occasionnel la *bonnette* (...).

Sobre a possibilidade de utilização de armação dupla nos «barcos poveiros» cfr. de Constantino Botelho de Lacerda Lobo, «Memória sobre algumas observações feitas no anno de 1789 relativas ao estado da pescaria na provincia de Entre Douro e Minho», cap. II, XIX, in Boletim Cultural «Póvoa de Varzim», vol. I, 1958, n.º 2, pág. 249.



Figs. 17-18-19  
Bueu :  
elucidativos  
aspectos das  
embarcações  
iguais às nossas  
"catraias da  
Póvoa".

Isto significa encontrar-se o indicador — «barco poveiro» — limitado a uma amplitude de representatividade mais restrita que outros indicadores mais gerais — os de uma determinada cultura, que designarei pela das «colmeias pescadeiras do noroeste».

Um exemplo imediato, fornece-nos a terminologia da organização duma embarcação de pesca de diferente modelo, mas destinada ao mesmo tipo de pesca — neste caso, a da sardinha:

«Pra pescar ó xeito pódese usar qualquer barco, tendo en conta que canto mel grande seña, mais *pezas* pode leval-o aparello; non embargantes, o barco mais adoitado é a *lancha xeiteira* (37) de seis metros de eslora, dous e meio de manga e preto de un de pontal. Leva un *mastro* e unha vela triangular (38) anque tamén se move a remo, especialmente nas operacións de largal-a rede. Vai tripulada por oito homes. As *lanchas* teñem cinco bancadas con catro departamentos entre elas: o de proa prá maniobra; o segundo ó *tilla* prá tripulación; o terceiro, *cadeira*, pra leval-as redes e o denra-deiro, chamado *pana* pra traquel-o peixe» (39).

Registemos como equivalências:

|         |       |                                     |
|---------|-------|-------------------------------------|
| xeito   | ..... | geito (poveiro)                     |
| pezas   | ..... | peças (da sardinheira — pov.)       |
| tilla   | ..... | tilha (nas lanchas de Caminha) (40) |
| cadeira | ..... | cadeira (pov.)                      |
| pana    | ..... | pana (V. Chã) (41)                  |

(37) Como parece já ter ficado bem esclarecido, o modelo representado na fig. 225 que acompanha o texto transcrito é diferente do que encontrei em Bueu — este igual ao nosso «poveiro»; por outro lado, na ob. cit. de Filgueiras Valverde ambos estão documentados respectivamente nas estampas XXXVI (*lanchas xeiteiras*) e LX (*lanchas do xeito*).

(38) Não é uma vela triangular, latina, mas sim a quadrangular do tipo da «misaine bretonne». Cfr. nota 36. Entretanto, o Autor, a págs. 737 da ob. cit. refere que a lancha «le: a vela ó tércio».

(39) Xoaquim Lorenzo Fernández, «Etnografía», 2.º vol. de «Historia de Galiza», cit. págs. 335-336.

(40) Cfr. indicação na parte média da nota 35. *Tilha* provém de escandinavo *thilba*, como *tillac*, *tille*, *tillote* (vd. ob. cit. de Jean Merrien).

(41) Enquanto que em Vila Chã as panas são as divisórias verticais que limitam os espaços de utilização interna do barco, na Póvoa de Varzim constituem travessas largas onde os pescadores firmam os pés para remarem, ou se mantêm de pé a trabalhar no fundo do barco — ou para repousar. Cfr. em «O Barco Poveiro» de m/autoria págs. 245-246.



Fig. 20 — O pano das embarcações poveiras não é uma vela triangular latina mas uma vela trapezoidal (Caxinas - 1964). Fig. 21 — A gravura (n.º 40 de "Cinquenta Vistas do Porto", cit) intitulada "Margens do Douro", Porto. C. A. Pinto del. Lith. de J. V. V.ª Nova. Porto 1848, cujo pormenor se reproduz, apresenta uma lancha armada com vela triangular: basta comparar com as Figs. 13, e 27 para se verificar estarmos perante um lapso.



E na correspondente descrição da pesca:

poutada ..... poita (pov.)  
 quiñon ..... quinhão (pov.) (42)  
 boureles ..... boureis (pov.)  
 etc. etc. (43)

Outras indicações de base vamos encontrá-las em usos, crenças e hábitos, já inicialmente invocados mas que não me dispense de rever para uma análise mais sistematizada.

Começarei pelo uso das «marcas familiares».

Curiosamente, os etnólogos da Galiza ainda não se debruçaram sobre este assunto, cujas únicas referências, que eu saiba, estão documentadas nos trabalhos de Santos Graça: em «Inscrições Tumulares por Siglas» (44), depois de atestar que «além fronteira, encontramos estas siglas em La Guardia, Bousas, Baioma, Cangas e Vigo», noticia o seu conhecimento prévio (através do livro «Cañas y Barros», de Blasco Ibañez) de que «entre os pescadores espanhóis, as siglas também individualizavam e serviam de escrita, como nas tendas poveiras» (45). E transcreve:

«O Jurado levantou-se da cadeira. Diante d'êde tinha os livros das contas da Comunidade, maravilhosos hieroglifos, nos quais não entrava uma só letra estando representados os pagamentos por toda a espécie de fichas. Assim o tinham inventado os antigos jurados, que não sabiam escre-

(42) Na obra a que nos estamos reportando (págs. 342, 343 e 344) o sistema de divisão dos ganhos já não tem a complexidade do descrito em «O Poveiro» de Santos Graça (cap. XII, págs. 153 a 160) mas o significado da palavra é igual.

(43) Na ob. cit. de Xoaquín Lorenzo Fernández pág. 342, 343, 351. Muitas outras palavras comuns se poderiam juntar a estas: *agulla* (das redes pág. 573); *corizos*, *entrallar*, *caldeira* (pág. 576); *peso* (das redes), *pedra*, *pan-dullo* (pág. 578), *relinga* (pág. 579) etc. *Pouta* provém do galego *pouta* = *pata*; *boirel*, de *boia* → *boiarel* (cfr. F. Krüger, «Notas Etnográficas e linguísticas da Póvoa de Varzim», in Boletim de Filologia do Centro de Estudos Filológicos, tomo IV, fasc. 1-2, Imprensa Nacional, Lisboa, 1936, págs. 109 a 182/ind. Dr. Flávio Gonçalves). Vd. também, adiante, a nota 66. Outra indicação curiosa é a relativa à *grasa de saín*, a pág. 21 da ob. cit. de J. Filgueira Valverde, i. é o *saín* a que se refere Lacerda Lobo (Constantino Botelho de) na sua «Memória sobre algumas observações feitas no anno de 1289, relativas ao estado das pescarias da Província de Entre Douro e Minho», in Boletim Cultural Póvoa de Varzim, vol. I, (1958), n.º 2, pág. 238.

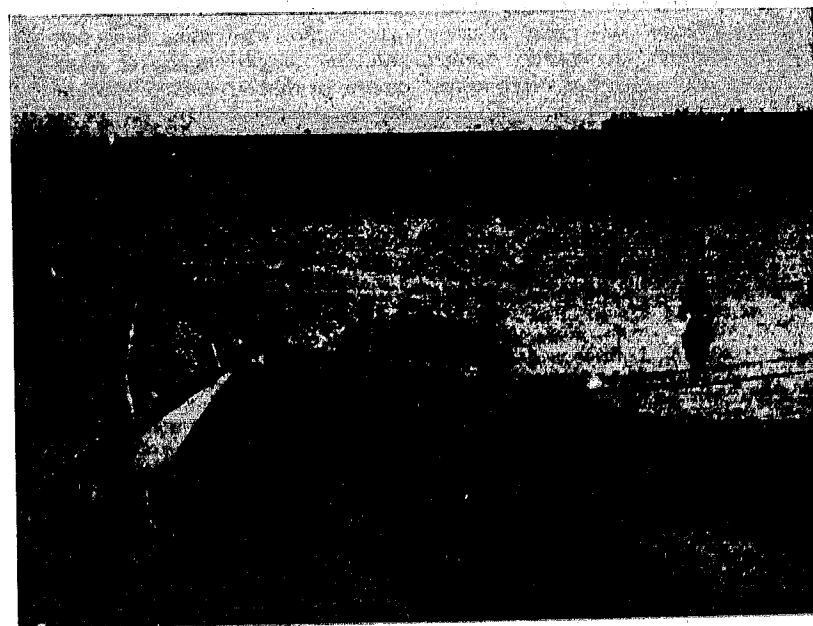
(44) Já cit.; no seu cap. III, intencionalmente intitulado «As marcas nas outras colmicias marítimas».

(45) Id. ib. págs. 42-43.



Fig. 22 — As marcas familiares, visíveis no pau de varar não devem confundir-se com as «divisas» dos barcos que servem para os distinguir ao longe;

Fig. 23 — Nem com os símbolos de protecção, mesmo de igual desenho.



ver e assim continuava. Cada folha continha a conta de um pescador. Nada de inscrever o nome no alto da página, mas a marca, que cada um punha no seu barco e nas redes para as reconhecer. Um era uma cruz, outro umas tesouras, aquele um ferro de forquilha, o *tio Pomba* uma meia lua; e assim o percebia o jurado não tendo mais que olhar para o hieroglifo para dizer: «Esta é a conta de Fulano». E depois, no resto da página, raias e mais raias, significando cada uma delas a paga de um mês de imposto. Os velhos barqueiros louvavam este sistema de contabilidade. Assim qualquer podia fiscalizar as contas e não havia maior porcaria, como esses livros de números e apertada escrita, que só os senhores entendem».

Se um tal depoimento «literário» do ilustre escritor espanhol não bastasse, dois factos da história das nossas povoações marítimas abomariam a existência do costume comum das siglas, mantido até aos nossos dias. Trata-se das indicações de origem da actual Vila de Âncora, e de Buarcos:

*Portinho de Gontinhães* — «Situado entre a embocadura do rio Âncora e o forte do mesmo nome, fica um pequeno porto oceânico formado por dois paredões ou quebra-mares convergentes que o abrigam um pouco das vagas, a que chamam o *Portinho de Gontinhães* ou da *Lagarteira*. / Para o interior da praia d'este porto estão as casas dos pescadores, habitando também alguns na povoação de Gontinhães e nas freguesias circunvizinhas d'esta. / Antigamente havia aqui apenas três a quatro barcos de pesca pertencentes a lavradores dos arredores, não existindo ainda obra alguma para abrigo; depois uma pequena colónia de pescadores gallegos do porto da Guardia veio estabelecer-se neste ponto, conseguindo mais tarde que o governo mandasse construir o varadouro, e desenvolvendo-se pouco a pouco, chegou a constituir um centro de pescarias de alguma importância...» (46)

(46) A. A. Baldaque da Silva, ob. cit. pág. 83. Segundo o «Inquérito Industrial de 1890» (pág. 51) aqui existiam e se construam «lanchas» substituídas, depois pelas «masseiras».

Recordemos a referência de Santos Graça de que «antigamente existiam bastantes *gamelas*» (ou *masseiras*) «apetrechadas como as actuais embarcações, incluindo a velamenta. Eram utilizadas nas pescas terrenhas (...) e o seu tipo era igual às usadas pelos pescadores de La Guardia, Espanha, que ainda as conservam em elevado número. Estas *gamelas* desapareceram, por completo» (da Póvoa de Varzim) «há 25 anos» (de «O Poveiro», pág. 127).

*Buarcos* — «...Povoação de galegos, diz P. Carvalho, os quaes achando n'aquella costa boas pescarias, fundaram cabanas de brunhos e arcos, em que viviam e corrompidas as palavrões com os vícios do tempo, se chama hoje Buarcos...» (47)

«Dizem alguns, que esta povoação foi fundada por pescadores galegos nos meados do século XV» (48).

O carácter segregacionista destas colmeias, permitindo manter intactos, até aos nossos dias, os vestígios duma ancianidade medievã, leva-nos a outros aspectos institucionais, cuja história, infelizmente, ainda está por fazer. O paralelo aparente entre a «colmeia poveira (vivendo) completamente isolada das outras classes da vila» (49), constituindo núcleo urbano à parte (50), regido pelas arbitragens dos seus Homens de Respeito (51) de preferência a recorrer à justiça das «Casas Grandes» (52), e a «Moureira» dos pescadores de Pontevedra, onde «no era lido do viver en el sino a quienes del mar vivian» (53) — não obstante a discrepância aparente da sobreposição da jurisdição arquiépiscopal, através da Confraria dos Mareantes (54) — corresponde a uma tendência sobre que não vale a pena insistir.

(47) Américo Costa, «Diccionario Corographico de Portugal Continental e Insular», ed. do Autor, Azurara, Vila do Conde, 1932.

(48) Augusto S. A. B. de Pinho Leal, «Portugal Antigo e Moderno», Livraria Editora de Mattos Moreira & C., Lisboa, 1873. Segundo Jaime Cortesão em «Os Descobrimentos Portugueses», págs. 144 e 147, Buarcos já consta de documentos do século XII, e até meados do século XIV figura como povoação na barra do Mondego. A fixação de pescadores galegos poderia ter-se verificado de modo análogo ao de Gontinhães.

(49) A. Santos Graça, «O Poveiro», pág. 57. A pág. 15 da mesma obra o Autor explica como conseguiu proporcionar a Fonseca Cardoso a colaboração da «classe» para o estudo antropológico realizado por este último.

(50) Para o estudo da evolução urbana local cfr. de Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano «Casas de Pescadores da Póvoa de Varzim» sep. do fascículo 3-4 do vol. XV de «Trabalhos de Antropologia e Etnologia» Porto 1957, págs. 8 e segs. Mas o Dr. Flávio Gonçalves chamou-me a atenção para o facto de independentemente da diferenciação do bairro da Lapa (a partir da fase de expansão das pescas no sec. XVIII) os pescadores se terem encontrado também disseminados pela antiga vila, conforme documentação já publicada em «Toponímia da Póvoa de Varzim» de Jorge Barbosa (em publicação no Boletim Cultural «Póvoa de Varzim» desde o n.º 2 do vol. VI—1967) e outro material ainda inédito.

(51) A. Santos Graça, «O Poveiro», págs. 65 a 69.

(52) «As Casas Grandes» (tribunais) «só iam as *desavergonhadas*, porque gente boa, de respeito, não punha lá os pés». (id. ib. pág. 68).

(53) J. Filgueira Valverde «Archivo de Mareantes», págs. 9 e 12.

(54) «...la unidade, urbana y económica del Arrabal (...) y sus preladcs-señores» (id. ib. págs. 21 a 23).



Outro tanto aconteceria com certas expressões devocionais que não se explicam somente pela frequência normal da Galiza por parte dos pescadores poveiros, principalmente ao refugiar-se nas ocasiões de tempestade — como seria a devoção a St.ª Trega (55). Apesar dos poveiros parecerem manter uma organização social independente, em confronto com os pescadores dos cercos pontevedreses agremiados na Confraria do Corpo Santo, e com os pescadores *xeiteiros*, agremiados na Confraria de S. Miguel (56); apesar de as confrarias dos nossos pescadores serem considerados de fundação muito recente (57) e atenderem quase em exclusivo «aos socorros espirituaes à custa dos beneficios corporaes» (57), apesar disso, o reflexo nas nossas colmeias pescadeiras da invocação do «Corpo Santo» apresenta coincidência de aspectos tão peculiares que conduziriam a uma ideia de particularização para uma determinada zona, de um fenómeno mais geral. Atentemos no que escreve Filgueira Valverde:

«Perdido su verdadero significado en la tradición local, y aún en la de otros puertos gallegos, se vino interpretando bien como *Cuerpo de Cristo*, em relación con el esplendor de las solemnidades marineras del *Corpus*, bien como refe-

(55) A. Santos Graça, «O Poveiro», pág. 31.

(56) J. Filgueira Valverde, «Archivo de Mareantes», pág. 26 (as primeiras menções do Grémio datam do séc. XIII — id. ib. pag. 22).

(57) No «Inquérito Industrial de 1890», salvo a Irmandade de Nossa Senhora da Guia e do Martyr S. Julião «erecta de antiquissimo tempo» (pág. 136), a Confraria do Senhor Jesus dos Mareantes, de Viana tem estatutos aprovados em 27 de Fevereiro de 1885 (pág. 71) e a Irmandade de N.ª Senhora da Assunção, que substituiu a Confraria de Nossa Senhora da Lapa, fundada em 1761, tem estatutos aprovados por alvará de 21 de Fevereiro de 1791 (pág. 115). As observações de que tais Sociedades «cura(m) mais da salvação das almas do que da conservação da vida dos seus irmãos» (pág. 72), ou da citada no texto (pág. 118), mostram a crise que atingia a classe pescadeira da época (Caminha tinha a Confraria do Senhor, ou do Bom Jesus dos Mareantes — não se indica a data da fundação — mas Fão, Matosinhos, Porto e Gaia aparecem com indicação de inexistência de qualquer agremiação de classe). Por gentil deferência do Dr. Carlos da Silva Lopes tomei conhecimento do trabalho do Dr. Augusto César Pires de Lima, «Fogo de Santelmo» in «Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos», ed. da Junta de Província do Douro Litoral, Porto, 2.ª vol., 1948 — págs. 7 a 76, onde se esclarece que «a devoção dos pescadores e outros *mareantes* pelo Corpo Santo estendeu-se em confrarias, cheias de privilégios, concedidos pelos reis, gratos aos serviços por elas prestados à navegação, à assistência, à economia, à segurança das nossas costas, a todos os movimentos enfim de carácter patriótico» (ob. cit. pág. 18).

Cfr. igualmente a nota 207 de «O Barco Poveiro», cit., pág. 147, sobre a generalidade e difusão deste culto em outros países (ref. muito genérica).

rente al crucifijo de los Mareantes, bien a un supuesto *cuerpo incorrupto*, hallado y venerado en Santa Maria. El P. Sarmiento, acogiendo la interpretación vigente desde el siglo XVI — ya en 1530 se decía a *capela do sancto crucifixo corpo santo* — unió y explicó las dos primeras interpretaciones (...). He intentado probar, en un estudio reciente, que la advocación del *Corpo Santo* debe identificarse con la de San Pedro González Telmo, San Pedro o Novo, o de Tuy, advocación de tan larga prehistoria como dilatada y rápida extensión geográfica.

Las palabras gallegas, portuguesas e italianas *Corpo Santo*, que se corresponden con la serie inglesa *Corposant*, *comozant*, *ampizant*, están relacionadas con el hecho de que los cementerios se denominen en italiano *corpisanti*, de donde la lumbre de los mástiles puede llamarse como el fuego fatuo de los muertos. En tal meteoro habían visto los antiguos una aparición de los dióscuros o de Helena, como feliz augurio o presagio funesto para la navegación. Otro de sus nombres, quizás uno de los primeros en la cristiandad, — enlazando posiblemente con el de Helena — es el de fuego de *Sant Elm Sant Ermu Sancti Eremu* —, es decir, San Erasmo. Aparte la posible presencia en Galicia del mito de los *Cabiri* relacionado con el meteoro, aparece aquí en la Edad Media el culto a un *cuerpo santo* quizá ligado con las tradiciones de la traslación de Santiago y con ciertos relatos de peregrinación, en especial con el milagro del *muerto a caballo*, o sea del romero resucitado que trae, por los aires, el Apóstol. Al propio tiempo, se tributará culto a reliquias y cuerpos incorruptos bajo la misma denominación, que fué la que se aplicó después de 1246 al del dominico Fray Pedro Gonzalez, confesor de Fernando III el Santo y uno de los más famosos predicadores del primer siglo de su Orden. El contacto que mantuvo en vida con los pescadores de la costa N. O. de la Península, la fama de sus predicaciones y milagros entre ellos, la relación de alguno de los más divulgados hechos de su vida con el *fuego* y con las tempestades, movieron a los marinos y navegantes a invocarlo. La propaganda de su culto, organizada en Tuy, donde había sido enterrado, no podía canónicamente, invocarlo, no ya como santo o beato, pero ni aún como venerable, sin que se abriese el necesario proceso canónico. Se habló entonces de sus reliquias, y pronto fué el suyo *corpo santo* por antonomasia. Invocado en la tempestad — *Salva, Corpo Santo* — y al aparecer el *fuego*

de Sant Elmo em los mástiles, se le llamó sucessivamente el *Corpo Santo de Fray Pedro González*, el *fogo do Corpo Santo de Fr. Pedro González* y, finalmente, el *fogo do Corpo Santo de Fray González Telmo*. Así el que en la *Lyenda Aurea* se llamaba San Pedro el Nuevo, llegó a llamarse *San Pedro Telmo* uniendo, en su nombre, todo el curso de la cristianización de un meteoro, cuya história, desde el siglo XVI, viene atrayendo a la erudición marítima (...). Este San Pedro Telmo fué el Patrono de tantas cofradías del *Corpo Santo* como brotaron en nuestras costas en los siglos XIV y XV, entre ellas las de Pontevedra. Si nuestra marinería tuvo la mejor parte en la propagación de su culto, los barcos pontevedreses que hacían la carrera del Mediterráneo interior y descargaban pescado cecial em Sicilia y aun Alejandria, serian los que más habrían de contribuir al intercambio de creencias y denominaciones que entrañaba. En la Moureira, la actividad religiosa se polarizaría en los siglos XIV y XV en torno a esta devoción, hasta que la *obra nova* de Santa Maria y el auge de la festividad del *Corpus Christi* vinieran a señalar nuevos rumbos a la piedad de los mareantes» (58).

Nenhum significado restrito (local) terá o apego a «S. Telmo», ou declaradamente a «S. Pedro Gonçalves Telmo»? Que em Matosinhos exista uma nau votiva (do século XVI) (59), ou tenham sido os mareantes de Vila do Conde que em 1542 «construíram a expensas suas a formosa capella do Corpo Santo na igreja matriz» (60); que em Caminha e Viana do Castelo, tal como em Fão, Azurara, Porto, Gaia e Aveiro (61) houvesse tais invocações, com a mesma tradição, tudo isso corresponderia à gene-

(58) J. Filgueira Valverde, «*Archivo de Mareantes*», págs. 28 a 30.

(59) Cfr. Armando Leça «*Leça dos Mareantes*», in n.º 4 do Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, 1957, págs. 29 a 42. A pág. 32 refere: «do século XVI, perdura a nau votiva a S. Pedro Gonçalves Telmo, ermida do orago dos mareantes que de longe a distinguíam, nos seus barcos veleiros...». O Dr. Augusto César Pires de Lima, em «*Fogo de Santelmo*», cit., a págs. 32-33 fornece mais pormenores sobre o ex-voto, a ermida, a coluna de pedra que antigamente servia de farol (com «três lampiões de azeite») e o compromisso, de 1744.

(60) Alberto Sampaio, «*O Norte Marítimo*» pág. 415. Cfr. Augusto César Pires de Lima, ob. cit. pág. 26.

(61) Acerca de Caminha cfr. ob. cit. de Augusto César Pires de Lima pág. 19; para Viana do Castelo, id. ib. págs. 19 e 20; Fão, id. ib. págs. 20 e 21; Azurara, id. ib. pág. 28; Porto (Massarelos), id. ib. págs. 33 a 40; Vila Nova de Gaia, id. ib. pág. 40; o ref. Autor para Aveiro (ob. cit. pág. 41) valendo-se de uma informação do Dr. Alberto Souto dá notícia de que «houve também uma Confraria de pescadores, mas não restam lá tradições sobre o culto pelo Corpo



Fig. 24 — S. Telmo (S. Pedro Gonçalves Telmo) Imagem existente no Museu de Etnografia e História da Póvoa de Varzim, do maior interesse para o estudo da antiguidade da sua devoção e reflexos gremiais.

ralização, bem conhecida, duma crença (61). Mas a referência do Dr. Flávio Gonçalves, em «Um Templo Desaparecido», (62), da proveniência (capela medieval da Póvoa de Varzim) e estilo (gótico) da peça, inicia uma revisão que deve ser mais aprofundada da notícia, manifestamente insuficiente, apresentada na legenda colocada junto da imagem do Santo existente no Museu Etnográfico da Póvoa de Varzim, segundo a qual, ele «foi muito venerado pelos poveiros no século passado, sob a invocação do Divino Espírito Santo».

E também, identificando-se as *pelinhas* com as *penlas*, da festa do Corpo de Deus (relembramos a confusão Corpo Santo → → Corpus), mesmo pondo de reserva, a interpretação de Santos Graça — «as *pelinhas* seriam pescadeiras que, como as *argaceiras*, se incorporavam na procissão» (63) —, tal directa relação destas velhas práticas parece constituir facto incontroverso, como encontramos, por exemplo, nesta sugestiva passagem de Filgueira Valverde:

«Con las danzas de espadas que ante el Señor siguen trenzando, al modo antiguo, los marineros de las villas gallegas, salían las *penlas*, que hoy sólo perduran en Redondela,

Santo» —; pode acrescentar-se que existe uma imagem de Santelmo na igreja da Misericórdia, e o Dr. Modesto Rodrigues Figueiredo, no Colóquio Internacional de «S. Rosendo e o seu século» (Sto. Tirso, 8 a 11 de Outubro de 1970) invocou o exemplo curioso da resolução de um pleito com pescadores de Aveiro, através de ajuramentação perante S. Pedro Gonçalves Telmo, em Pontevedra. O Dr. Augusto César Pires de Lima, na ob. cit., menciona ainda Peniche (págs. 41, 42); Cascais (pág. 42); Lisboa (págs. 42 a 44); Setúbal (págs. 44 a 51); Lagos (págs. 51, 52); Faro (págs. 52, 53); Tavira (pág. 52); Açores (págs. 53, 54); Madeira (pág. 55). Acerca das notícias sobre a Póvoa de Varzim, vd. págs. 20 e 21.

(62) In Boletim Cultural *Póvoa de Varzim*, vol. III, n.º 2, 1964, pág. 213 e nota, donde infere a grande antiguidade do culto deste Santo Galego, na Póvoa.

(63) A. Santos Graça, «O Poveiro» págs. 120, 121; também existem informações bastantes pormenorizadas no artigo de Fernando Barbosa «A Procissão do Corpo de Deus» publicado no Boletim Cultural «Póvoa de Varzim», vol. I, no. 1, 1958 (págs. 145 e 163), nomeadamente entre págs. 147 e segs.; e a pág. 150 a importante indicação do modo de «fazer a arrematação da renda da pela» (...). «a Camara ordenava ao porteiro e pregoeiro que pegasse num ramo verde na mão e, em praça, com ele entrasse a apregoar a renda da pela para ser arrematada por quem mais desse (...). Recebido o maior lanço, o pregoeiro voltava à presença do senado para o informar. Este deliberava e mandava entregar o ramo à pessoa que maior lanço fizera», (do manuscrito «Arrematações e Contas da Pella» — 1788/1836 em que o registo mais antigo nele existente data de 1786). No Colóquio Internacional «S. Rosendo e o seu século» o Prof. Doutor Emilio Sáez, a propósito de outro caso, identificou o uso de firmar-se um contrato mediante a entrega de um ramo, como fórmula remanescente do direito visigótico.

donde el Corpus conserva mucho de su sabor tradicional. *Pilula* o *pennula*, la *penla* equivale a la *pella* castelhana y es el último rastro femenino de los juegos a que se entregaban las mozas, en toda Europa, desde la entrada del tiempo claro a la fiesta del Sancti Spiritus. Aquí, dos mujeres, vestidas de blanco, llevan sobre los hombros niñas enjorjadas que bailaban siguiendo el ritmo de la danza, y es de notar que al citarse en documentos de otros lugares se diga las *penlas*, a usanza de Pontevedra. En Galicia, como en Portugal, — donde C. Michaelis agrupó los textos literarios que a ellas se refieren — fueron elementos de los gremios femeniles los que mantuvieron esta costumbre. En la *boa vila*, por ejemplo, eram panaderas u horneras; la tradición, como todas las del Corpus, aparece revisada en el Renacimiento con un afán clasicista, y las *penlas* se llaman entonces *sirenas*» (64).

Mas, para uns tantos, as *siglas*, e a própria adopção de certas práticas populares nas expressões de religiosidade podem filiar-se em aspectos mais gerais da organização medieval do trabalho e nelas, até, algumas pessoas viam as manifestações da «adesão» dos núcleos considerados à parte (relativamente) do resto das populações, a estruturas que tornariam menos significativa, ou comprometeriam gravemente, uma feição de apreciável individualização (65).

Talvez, o facto mais importante que permita averiguar até que ponto estaríamos perante agrupamentos com uma origem comum,

(64) J. Filgueira Valverde, «Archivo de Mareantes», cit., pág. 38. Comparar com as descrições reproduzidas no artigo citado de Fernando Barbosa, a pág. 148.

(65) Na verdade o problema básico é o da determinação de prováveis diferenciações de etnias inseridas numa estrutura social de raízes medievais — como dizia Vicente M. M. C. Almeida d'Eça em «As Pescas em Portugal», das «Notas sobre Portugal», Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908, Secção Portuguesa», ed. Imprensa Nacional, Lisboa, vol. I, págs. 269 a 286, 1908: «Ethnicamente, as povoações piscatórias, sobretudo no norte e no centro» (do País) «formam núcleos, por vezes muito característicos (poveiros, sanjoaneiros da Foz do Douro, ilhavo etc.)». De resto, A. Santos Graça, em «Pescadores do Alto-Valboeiros», cit., considerava urgente recolher o que a tradição nos possa entregar para o estudo etnográfico dos pescadores d'aquém Douro, tão dessemelhantes na forma das suas pescas, usos, embarcações e velamentos dos seus irmãos do sul que dir-se-ia que duas raças bem distintas e características povoaram a costa portuguesa: uma àquém, outra além Douro». — pág. 276. E já Manuel Silva no seu estudo «A Póvoa e as suas crises económicas», publicado no Boletim Cultural «Póvoa de Varzim», vol. II (1959), n.º 1, a pág. 170 afirmava: «Lado a lado da colónia propriamente de pescadores, e essa teria sido, com toda a verosimilhança, fortemente doseada do tipo nórdico e, portanto, com tendência para se isolar em *tribo*, haveria o grosso da população...».

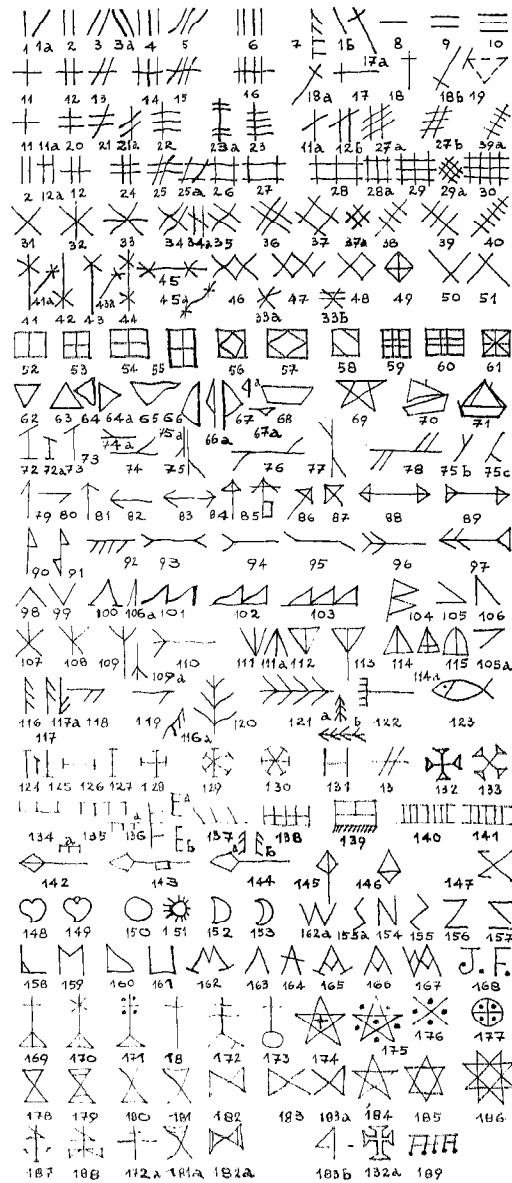


Fig. 25 -- Quadro geral das siglas dos pescadores do Norte e Centro (cfr. "O Barco Poveiro" págs. 79 a 91).

consista na possibilidade da efectivação de vínculos matrimoniais, o que se encontra convenientemente realçado por Santos Graça:

«O poveiro até ao fim do século passado, não se cruzava com o indígena do interior. Às suas filhas era proibido falar a um homem fora da classe, fôsse a que pretexto fôsse. Os homens estranhos eram *peixes de coiro* (ordinários) com quem era preciso ter cuidado. Era esta a recomendação constante, que quando não observada valia castigo à transgressora. Era uma *classe fechada a povos estranhos aos seus*. Se assim era para os *patricios* alheios à profissão marítima, para os pescadores galegos não havia este preconceito ou restrição. Os cruzamentos sucederam-se sempre sem dificuldade. Isto quer dizer que a tradição venerável de parentesco destas colmeias marítimas é mais forte que a hostilidade da *diferença da língua*, existente principalmente no povo inculto. Numas notas colhidas nos registos paroquiais de toda a costa norte — Póvoa a Caminha — há muitos destes cruzamentos durante os dois séculos» (66).

É bem a demonstração de que: «a ascendência destes povos é a mesma. Somos quase leigos em conhecimentos de povos primitivos que erravam pelo mundo, e, portanto, *das migrações que abordaram às nossas costas*; mas os estudos etnográficos destes povos a que temos procedido, habilita-nos a fazer aquela afirmação» (66).

### III -- AS COLMEIAS PISCATÓRIAS E AS CORRENTES DO POVOAMENTO

Já Alberto Sampaio exprimia praticamente a mesma ideia. Ao estudar alguns dados fornecidos pelo Foral de Gaia — 1255 — afirma que «os pescadores (do Douro) não se limitavam única-

(66) A. Santos Graça, «Inscrições Tumulares por Siglas», cit., págs. 45, 46. No trabalho de E. Veiga de Oliveira e F. Galhano, «A Apanha do Sargaço no Norte de Portugal», cit., a pág. 90, nota 1, os seus Autores lembram, igualmente, este argumento de Santos Graça. Contudo, há que ressaltar o comentário deste A. à «hostilidade da diferença de língua, existente principalmente no povo inculto!» Naqueles aspectos da linguagem mais directamente relacionados com as expressões do viver dos povos poderemos afirmar que a língua é a mesma. Mas nem seria preciso uma faceta abonatória deste género para fazer vingar a teoria que o autor propunha. Sobre a unidade básica do galego e do português, e a sua «perfeita harmonia» até ao séc. XV, cfr. in «A Bem da Língua Portuguesa», Boletim da Sociedade de Língua Portuguesa, n.º 6 (Novembro-Dezembro), 1970, o comentário «Galego e Português», a págs. 397-398.

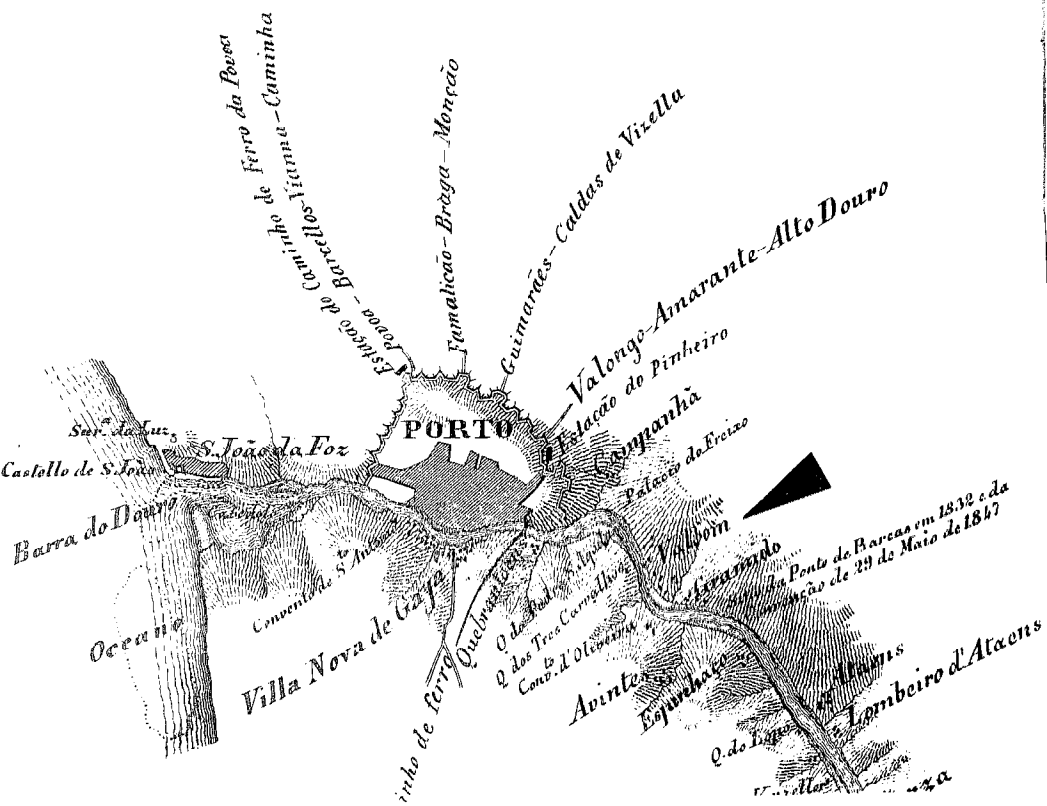


Fig. 26 — Localização de Valbom (da carta do Rio Douro pelo Barão de Forrester).

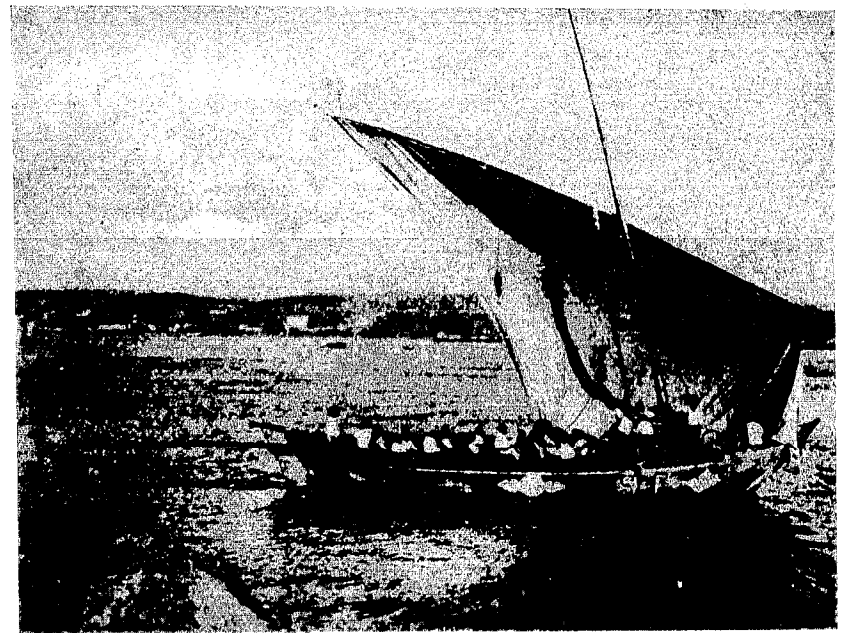


Fig 27 — Postal ilustrado antigo representando, presumivelmente uma lança de "pescadores do alto" no Douro.

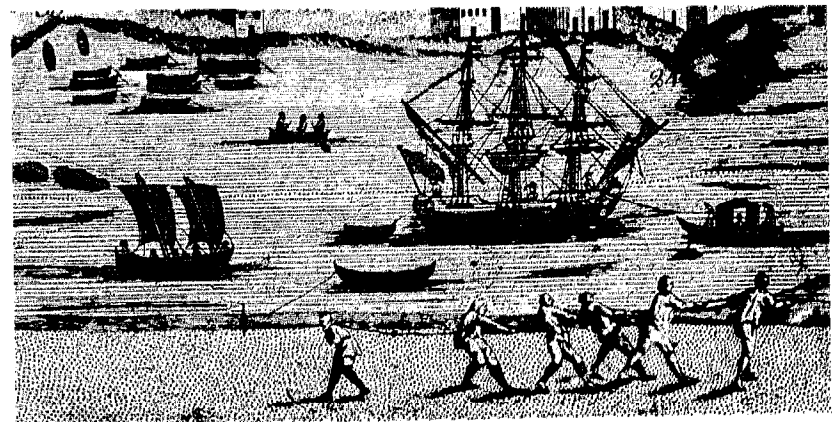


Fig. 28 — "Planta Geográfica da Barra da Cidade do Porto. T. S. Maldonado delin. Porto, Godinho sculp. — 1769" (porm. da grav. n.º 4 de "Cinquenta Vistas do Porto", cit.). Seriam estas "colónias" mais antigas que a poveira?

mente a explorar a costa portuguesa: demandando a Galiza, para onde os levavam talvez as suas relações étnicas iam exercer ali a sua indústria. Por lá se demoravam muito tempo, pois desembarcavam e tomavam pousadas em terra. À medida que colhiam o peixe — a pescada segundo parece — salgavam-na e remetiam-na em caravelas» (67).

As possibilidades de tomarem pousadas em terra e de salgarem o peixe, são dignas de menção especial pois em Pontevedra, por exemplo, esta última constituía um privilégio do Concelho outorgado em 1229 por Afonso IX (68).

Só relações e situações muito especiais poderiam explicá-lo, tanto mais que o rescaldo da separação política devia continuar a fazer sentir, por certo espaço de tempo os seus efeitos na vida dos povos (69). Apreciando este aspecto — mas para outras circunstâncias que não a análise do povoamento do litoral — o mesmo Autor, invoca a acção dos «gallegos d'um e d'outro lado do rio Minho» no período áureo dos descobrimentos (70) insistindo em que: «até depois de fundada a monarquia portuguesa, da Galiza continuaram a descer emigrantes. Um desses foi o ascendente de Camões. Não esqueçamos, pois que nas nossas veias corre o sangue

(67) Alberto Sampaio, «O Norte Marítimo», ob. cit., pág. 387.

(68) Cfr. J. Filgueira Valverde, «Archivo de Mareantes», págs. 9, 12 e 21.

Teremos nesta menção dos pescadores do Douro a descoberta do elo do encadecamento dos «valboeiros» na estirpe comum? Seria esta «colónia» mais antiga que a poveira (no caso de a «colónia» poveira ter vindo viver em vidas paralelas com os primitivos pescadores locais: pescadores-lavradores de Arjivai)? Então, estaria cabalmente contraditada a situação descrita por Raúl Brandão em «Os Pescadores», ed. Estúdios Côr, Lisboa, 1957, pág. 119: «conheci muitos destes homens, sanjoaneiros da Afurada, e até os valboeiros da Póvoa, que na Foz se chama de Cima, hoje desaparecidos, — lavradores das margens do Douro que desciam rio abaixo nas lanchas de madeira por pintar, grosseiros e tartamudos, acudindo ao cheiro da pescada em certas épocas do ano, com as suas redes, os tipos trogloditas e uma vozaria infernal que durava até a noite velha nos barcos fundeados na revessa do Relógio...». Lavradores, essa gente da Póvoa de Cima?! A. Santos Graça em «Pescadores do Alto — Valboeiros» já cit., não regista uma tal anomalia, parecendo que o facto de encomendarem os seus barcos nos estaleiros da Póvoa de Varzim — conforme este Autor assinala p. ex. em «Epopéia dos Humildes», cit., págs. 69 e 78 (hábito igual ao dos *bucqueiros*), atesta uma separação nítida com o meio envolvente — o dos lavradores das margens do Douro.

(69) «A obrigação, precedentemente notada» (o Autor refere-se ao seguinte passo das *Inquirições* de 1258 relativas a Viana do Castelo: «...esses devanditos d'Alrio van sobre Galicia corpore legis in quoes navios ouverem») «retrotrai-se à fundação da monarchia, quando com frequência rebentavam hostilidades entre portugueses e galegos» — Alberto Sampaio, «As Póvoas Marítimas», cit., pág. 315.

(70) Alberto Sampaio, «O Norte Marítimo», cit., pág. 407, na apreciação da contribuição da gente do Norte nas expedições das descobertas. É nítida a posição do Autor, na absoluta acceitação da prevalência das etnias regionais básicas.

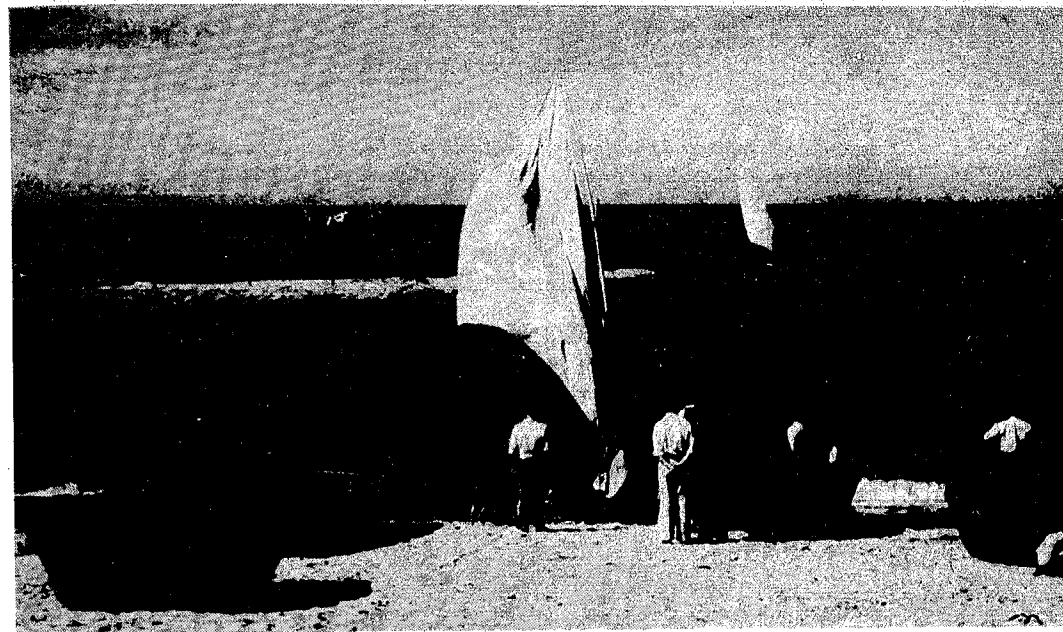


Fig. 29 — Âncora: as *masseiras* ainda hoje atestam a influência galega na sua especialização pescadeira.



Fig. 30 — Vila do Conde: Casa de lavoura com um barco no pátio. A possibilidade da utilização de barcos por lavradores (recolha de algas e “pilado”, ou pesca eventual) não explica, só por si, o surto e desenvolvimento dos núcleos especializados unicamente na função da pesca.

do imortal cantor das glórias marítimas» (71). Mas, inexplicavelmente, no esquema de «As Póvoas Marítimas», à ênfase dada à «Emigração (das terras do interior) para a costa», não corresponde uma tentativa similar de estudo dum outro «movimento assaz complexo» (também) (72): o das migrações ao longo da(s) costa(s). A sua mecânica está patente nas notícias sobre as origens de Buarcos e da Lagarteira, e é tão simples que o processo corre muito mais o risco de passar desapercibido:

«antigamente havia aqui apenas tres a quatro barcos de pesca pertencentes a lavradores dos arredores, (...); depois uma pequena colónia de pescadores gallegos (...) veio estabelecer-se n'este ponto (...) e desenvolvendo-se pouco a pouco, chegou a constituir um centro de pescarias de alguma importância» (46).

Esta descrição torna mais explicita a relação de factos estabelecida por Alberto Sampaio a propósito da formação da colmeia poveira:

«Pôsto que o primeiro documento (as Inquirições de 1220) não memore *Varazim*, deve ser trazido á collocção pela declaração dos impostos da pesca na sua enseada. Então o solo da Póvoa actual incluía-se na freguesia de Arjivai, onde a coroa possuía vários reguengos. O mais importante era o d'este mesmo nome, compreendendo quarenta casais, não falando de dois já doados; OS LAVRADORES DE VINTE, além de mais encargos, quando iam pescar ao mar — *ad mare pescare*, pagavam ao fisco o navão, ou uma mealha se o não faziam na

(71) Id. ib. pág. 422.

(72) No Cap. de «As Póvoas Marítimas», cit., «A EMIGRAÇÃO PARA A COSTA», págs. 353 e segs., o Autor começa por explicar que «entre os numerosos factos trazidos a lume na investigação precedente (...) destaca-se um que precisa de ser tratado de preferencia a qualquer outro, com mais vagar; é o augmento de população costeira coincidindo com a nascença ou desenvolvimento da navegação e pesca. Essa gente que encheu tam depressa os descampados junto ás barras e *senjidos* foi a pedra angular da nova estrutura. Isto que parece de extrema simplicidade á primeira vista, foi todavia um movimento assás complexo, formado de inumeras ramificações e veiazinhas, por cada qual corria uma gota de sangue vivificador. Operando-se na penumbra de casos de maior apparencia, unicos que atraem a attenção dos contemporaneos, mal se conservam aqui ou ali alguma quasi delida pegada desse tremendo passo da infancia: mas (...) torna-se urgente sistematizar os vestigios apontados: assim aperceber-se-ha melhor o valor d'este terreno fundamental na evolução da velha sociedade portugalense, desde o reinado de Sancho I ou fim do de seu pai».

Sexta-feira. Igual mister exerciam os da Gesteira, obrigados também ao navão ou cada um a dois soldos por ano, se não pescavam. Os de Santa Cristina, chegando o governador a terra, serviam-no de pescado. Se a alternativa da *mealha* ou *dois soldos* mostra um trabalho usual, a declaração da pesca marítima e o pagamento do navão á coroa provam que lhe pertencia a ela, não aos descendentes de D. Gutierre, o pôsto de *Varzim* — parte integrante da freguesia de Arjivai, por onde haviam de entrar ou sair os pescadores tributários, aparelhar aí, varar e descarregar os barcos. A omissão das *Inquirições* de 1220 não é de estranhar, por serem apenas um *extracto*, e ainda assim incompleto das *actas originaes*: não obstante, o conhecimento da disseminação da pesca nos lugares interiores da freguesia, é já valioso: apesar de não conterem uma única palavra acêrca do litoral dentro dos limites desta, de modo nenhum devemos imaginá-lo deserto, nem todo de propriedade particular. Um documento, embora posterior, dá fé aqui duma PEQUENA COLMEA EM ESTADO FLORECENTE, e por isso com longa idade» (?); «informando-nos mais que o assento pertencia á coroa, confirma a inexactidão da passagem precedentemente transcrita dos *Livros de Linhagens*: é o *floral*, acima lembrado.

Principia D. Denis por expor que deseja *fazer graça e merce* aos habitantes do reguengo de *Varzim de Jusaão*, que nomea. SAO UNS 54 CHEFES DE FAMILIA, POPULARES, ALGUNS COM APELIDOS ACTUALMENTE LA USADOS: a eles, sucessores ou a quaisquer residentes de futuro, mediante 250 libras, pagas aas terças do Ano, o rei dá o reguengo pelos seus *termhos Rotos e por Romper assi do mar come da terra*, permitindo-lhe que *façam hy hua pobra*, a qual ficou instituída com a administração própria — *E mando que... mettam seu Juiz e seu moordomo e chegador e o juiz uenha iurar Aa mha chancelaria em cada huum Ano*.

O diploma esquece a tributação anterior e o número de casais. Quanto a estes a falta é preenchida pela *Inquirição* de Afonso IV, onde se diz terem sido onze e meio. SE COMPARMOS A SOMA DOS 54 AGRACIADOS COM A DESSAS UNIDADES, CONCLUIREMOS QUE DAVAM EMPREGO A 12, RESTANDO 42 QUE HABITAVAM MAS NÃO LAVRAVAM CASAIS, com haveres todavia de igual consideração, pois veem nomeados na lista. Além do trabalho agrícola, com certeza prosperava outro assás lucrativo; basta reflectir na superioridade numérica dos que tinham de



procurar em diverso officio os meios para satisfazerem a quota da capitação e na quantia total imposta, desproporcionada pela grandeza á população deminuta. Em 1310 o mesmo rei fez um contracto de semelhante natureza com o concelho de Lamego, reunindo uma *colheita* muito onerosa por 100 libras, enquanto que levava 250, só pela concessão da *póvoa*, a 54 familias dum pequeno reguengo. Embora as vantagens da administração autónoma fôsem avultadas, permanecia sempre a questão fundamental — o pagamento de quantia tam elevada. E contudo a medida não estava cheia. O foral numa nova cláusula tributária explana a possibilidade da aquisição pecuniária, comunicando-nos simultaneamente o conhecimento duma navegação costeira, criada pelos laboriosos reguengueiros. Cremos sêr este o mais antigo documento que a cláusula tributária explana a possibilidade da aquisição até hoje, é do teor seguinte — *E mando que todolos pobradores... que trouxerem barcas ou bayxees que sseiam con pan ou con vio ou con sal ou con ssardihas e descarregarem no porto dessa pobra dem A mijm... de cada barca ou de cada bayxel sete soldos... e se hy ueerem outras barcas ou bayxes tambem dos vezios... come de ffora parte com outras merchandias darem a mim... os meus direitos...* Em face desta declaração não é lícito duvidar que no reinado de D. Denis havia na enseada póveira um tráfego, idigno da atenção do fisco. Nesse negócio não pode deixar de ver-se o manancial de riqueza que abastecia de dinheiro a localidade, habilitando-a a desobrigar-se das pesadas contribuições; dêle proveu o bem-estar geral com o desejo da autonomia; cara, como fôra, mudava de facto as condições da vida local e atraíria moradores, com o aumento dos quais a capitação diminuía. O futuro provou a segurança da previsão.

Em 1220, já se disse acima, abundavam pescadores pela freguesia de Arjivai com um regime, indicativo de certa diuturnidade; por isso não haverá erro, retrotraindo o desenvolvimento da sua indústria ao tempo de Sancho I que a fomentou na contígua foz do Ave. As embarcações de sardinhas supoem-na de uso corrente entre os nossos reguengueiros, á qual ajuntaram a cabotagem; o foral designando, expressamente, a descarga de três produtos extra-locaes — pão, vinho e sal, encontrou essa ocupação seguida e fixada quem sabe desde quando?, prevenindo-se mais a eventualidade da importação doutras mercadorias, quer de vezinho ou de forasteiro.

Depois, constituída a *póvoa*, os pescadores com-paroquianos apressar-se-iam a estabelecer-se aqui (!). «Seria a

sua aflluência que deu a predominância á pesca, influindo dum modo decisivo na criação da maior que houve na costa portuguesa, ao passo que deixaram desaparecer a pequena navegação? Seja como for, achando-se tributada no reinado de Afonso II a pesca na baía póveira, ela existia antes: no de D. Denis manifesta-se um comércio, que não perseverou, merecedor da graça fiscal. Das 54 familias foraleiras, e das arjivalenses **POR VENTURA ACRECIDAS**, descende a numerosa população que tanto se distinguiu no trabalho da pescaria até á decadência hodierna, provocada por motivo estranho e superior á actividade local.

Desde a vila rural *ueracini* de 953 até á organização administrativa de urbana em 1308 interpõe-se longo tempo secular, durante o qual nenhuma mutação de propriedades aí chegou ao nosso conhecimento; apenas, por incidente, em 1033 a menção do topónimo na forma *uerazini*. Em parte dêsse período, consoante se descreveu no capítulo anterior, a gente sofria da instabilidade privativa de tal situação; mudada, porém, novo modo de ser appareceu na localidade. A génese é sempre a mesma: ocorrendo circunstâncias apropriadas, de antigos pobres casalejos saía o povoado, com ou sem carta. Ainda hoje se chama *vila velha* um bairro onde podia ter sido muito bem a *pobra* de D. Denis» (73).

Há aqui dois sectores da vida marítima que devem ser distinguidos: a pesca e a cabotagem (comércio). Infelizmente o documento institucional é tardio e por isso os casos particularizáveis apparecem fundidos; e tornados anónimos, o que não acontece, por exemplo, na doação de Atouguia — também conferida por D. Diniz (1347) — em que se especificam os direitos de castelo, açougue, mercados, portagens, mordomado, *jugados de galegos, vintena do pescado dos galegos*, etc. (74).

Assim algo de mais definido haveria, quanto a origens, do que o apontamento na parte final do resumo da fundação poveinse:

«A lenda da doacção do pôrto de Varzim a D. Gutierre pelo Conde D. Henrique talvez subentenda falta de população n'esse tempo, á beira mar. O caso é de todo o ponto verosimil, por ser então o período da grande actividade da pirataria sarracena. O cavalleiro donatario julgar-se-ia senhor de toda

(73) Alberto Sampaio, «As Póvoas Marítimas», cit., págs. 322 a 326.

(74) Baldaque da Silva, «Estado Actual das Pescas em Portugal», cit., pág. 432.



aquella terra abandonada e portanto da adjacente á enseada: tal comprehensão transmitida aos descendentes, conservou-a o *Livro de Linhagens*, bem que oposta aos factos na época da redacção do codiço. / Mais o representante da coroa entendendo as cousas de outro modo, desde que appareceram tomadores do reguengo, permitiu-lhes o estabelecimento ali, mediante os termos do costume na locação dos terrenos d'essa natureza jurídica. / As *Inquirições* de 1220 occupam-se de Arjivai, mais não se referem ao litoral; na quarta alçada das 1256 toda a freguesia passou em claro, ou se perdeu a minuta dos inquiridores — falta muito de lamentar, por se ter effectuado no reinado anterior ao de D. Diniz, no qual se nos depara o reguengo habitado por 54 familias com longo exercicio da pesca e cabotagem. Ainda que se não possa marcar com a precisão desejada a data, em que veio a população marítima fixar-se em Varzim de Jusão, a primeira avançada, é de suppor sem grande erro, deveu realisar-se no tempo de Sancho I composta de pescadores dispersos pelo interior de Arjivai, que então se aproximava do mar» (75).

Na verdade, o carácter aleatório duma junção de «pescadores dispersos pelo interior (duma freguesia) — que então se aproximava do mar» não condiz com a unidade cultural que este género de póvoas manteve até aos nossos dias, unidade cultural essa, porventura não unicamente devida a uma simples especialização de funções: a pesca (76). Daí, o termo «avançada» não parecer o mais adequado se se tratasse de mera junção de *pescadores dispersos, de origem local*.

Tanto como para a Póvoa, também encontraremos outras notícias concordantes — ecos do mesmo processo:

«Em 1220, a freguesia de S. Paio de Fão achava-se constituída em couto, governada por uma junta administrativa — *concilium tenuit illam*. Exceptuando o objecto da doação,

(75) Alberto Sampaio, «As Póvoas Marítimas», cit., págs. 356 e 357.

(76) Veremos adiante as ilacções que se podem tirar de todo um conjunto de circunstâncias não fortuitas. Já Ramalho Ortigão, em «As Praias de Portugal», Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1943, a págs. 113 afirma que «o poveiro constitui uma raça perfeitamente especial na população do nosso litoral (...) o poveiro tem o tipo saxónico». E a págs. 128, 129, relata um caso significativo do conceito de nacionalidade da colmeia: «um soberano português, viajando a bordo de um paquete e encontrando-os (os poveiros) no mar alto, impressionado pela estranheza dos seus trajos e dos seus tipos fisionómicos, lhes perguntou se eram portugueses. Ao que eles responderam que não; e acrescentaram: — A gente semos poveiros, meu Senhor».

dois terços duma pesqueira do padroeiro e cinco casais do do mosteiro da Costa, o mais, parece, pertencia á coroa. As *Inquirições* desta data, única fonte que nos resta, nomeam trinta e cinco casais reguengos, que pagavam o terço do pão, do linho e do sal: com as duas produções agrícolas predominantes, emparelhava-se o último em importância. A pesada renda adicionavam-se *direituras* bastantes onerosas. Entre a lavoura e o fabrico do sal, fazem a pesca fluvial em *piscarias* ou *camboas*, pela qual pagavam o décimo do pescado; e pela da foz, a metade, se o mordomo estivesse presente. No caso contrário, nada.

Além dos lavradores acasalados, viviam ali populares, designados em geral, como habitantes sem casais — *habitant et non tenent casalia*. Estavam obrigados a duas séries de contribuições a primeira pela habitação na freguesia, satisfazendo pensões fiscaes, moderadas na verdade. A segunda série descobre a sua profissão; se não vão pescar, paga cada um dois quarteiros de trigo; se pescam, ficam sujeitos ás quotas do pescado, expressas no texto, variando duma para outra espécie. Tributação tão minuciosa e diferenciadora só podia applicar-se em industria exercida com a maior regularidade e muita prática. ERAM PESCADORES DE OFICIO; nem esses homens tinham mais nenhum, visto que o depoimento não recorda qualquer imposto por diferente mister. TAIS PESCADORES FORAM, EVIDENTEMENTE, O EMBRÍO DONDE MAIS TARDE SAÍRAM AQUELES QUE, EMBARCANDO-SE EM LONGAS DERROTAS, ILUSTRARAM A EMBOCADURA DO CAVADO» (77).

Ou, ainda, a referência á pesca do alto, em Pindelo, e á carta outorgada aos pescadores por Sancho I (78); e ás 14 familias de cabaneiros, distintas dos 37 casais de S. João do Foz do Douro (*Inquirições* de 1258) (79). Já para Caminha e Viana do Castelo a concessão tardia dos forais respectivos ainda que permita descontinuar estratos populacionais mais antigos (80) e inferir, até, a não muito recente introdução da pesca (81), a verdade é que apresenta quadro de vida mais complexo, aconselhando prudente silêncio.

(77) Alberto Sampaio, «As póvoas Marítimas», cit., págs. 320, 321.

(78) Id. ib. pág. 331.

(79) Id. ib. pág. 335. Dataria do mesmo reinado (D. Sancho I) o desenvolvimento da pesca «no Douro e no mar, pela sua barra» (id. ib. pág. 336).

(80) Id. ib. pág. 354.

(81) Em relação ao tempo de D. Diniz, cfr. mesma ob. cit., págs. 315 e segs..

## IV — O CARÁCTER DAS MIGRAÇÕES

Em todo o caso parece ter ficado demonstrado que a uma corrente de povoamento para a costa, ocasionada pelo surto de prosperidade costeira, e ligada fundamentalmente à navegação comercial (82), se contrapõe (no campo da análise) uma outra, de costa-a-costa, mais (muito mais) modesta na sua feição económica restrita, mas mais rica (ou fundamental) sob o aspecto sociológico, por nos colocar perante o confronto entre uma estrutura social comunitária homogénea, e a formação duma sociedade burguesa onde irão predominar os centros de intercâmbio comercial relacionados com as cidades do Norte da Europa. Ora o rasto desses movimentos «menores» descobrimo-lo nas tecnologias.

Baldaque da Silva ao mencionar a origem dos nossos barcos de pesca exprime-se assim:

«Muitos typos das embarcações de pesca marítima costeira (...) são, genuinamente nacionais (83), outros porém participam da influencia das artes de pesca das nações vizinhas, d'onde foram importados, conjuntamente com o processo da exploração, ou pela simples convivência das classes pescadoras, as quaes tendem quasi sempre a imitar os usos e costumes dos pescadores na companhia de quem andam em diferentes temporadas de pesca, quando emigram para outras artes em que os salarios sejam mais vantajosos do que em Portugal, como acontece com os pescadores do Algarve que vão para Hespanha. A arte do galeão, por exemplo, que tem custado a implantar entre os systemas de pesca nacionais, é entre nós manobrada por embarcações iguaes ás que usam

(82) Eis os casos estudados no capítulo ref. pelo Autor da ob. cit.: Caminha (pág. 354); Viana do Castelo (págs. 354, 355); Fão (págs. 355, 356); Póvoa de Varzim (págs. 356, 357); Vila do Conde (págs. 357, 358); Porto (págs. 341 e segs.). Sobre a análise directa do problema da emigração dos trabalhadores rurais do interior para a costa, ver págs. 359 e segs..

Agora, ao invocar a corrente de povoamento ao longo das costas marítimas, pretendo limitar o fenómeno à fixação de colónias pescadeiras (ou o pequeno núcleo de novos pescadores que funcionou como agente catalisador), já que esse outro movimento ao longo das costas — o do comércio marítimo — não é significativo no caso em estudo.

(83) É uma afirmação que deve ser entendida em conformidade com a ausência de estudos da especialidade, na altura em que o Autor nos aparece como um dos raros pioneiros (nacionais) em tal matéria e, até, com factos da época do seu inquérito notável. Cfr. última parte de n. 93.

os pescadores hespanhoes que d'ella tiram grande resultado na pesca da isardinha. Em alguns typos de armações fixas tambem se empregam embarcações de forma estrangeira, como succede nas artes á valenciana da costa do Algarve. Ainda assim a grande maioria dos barcos de pesca costeira é constituida por typos antigos nossos» (83-84).

Resultam evidentes as falhas de avaliação dos valores essenciais em jogo. Só os pescadores proletarizados e desvinculados duma organização fundamentada, não unicamente no exercício de uma profissão, mas também (e principalmente) em etnias bem definidas, apresentariam essa receptividade «em imitar usos e costumes» de outros pescadores, e essa facilidade em «emigrarem para outras artes», pelo motivo de «os salarios (serem) mais vantajosos» (mesmo assim não se escondendo que a arte do galeão «tem custado a implantar entre os systemas de pesca nacionais...»). É significativa a exemplificação — os casos apresentados limitam-se aos pescadores do Algarve. Na verdade, até recente data, a transferência de um maior ou menor número de pescadores pertencentes a qualquer núcleo «tradicional» traduziu-se sempre pela fórmula de «colónias», com a manutenção de barcos e aprestos de origem. Os casos característicos são as migrações poveiras para o Brasil, Angola e Moçambique (85); ou esse inesgotável borbulhar da irremediável expansão de varinos e de silhavs até ao Douro (mesmo Leixões e Vila do Conde), até Vila Real de Santo António.

A história das violentas reacções às «artes novas», no fim do século passado, (86), realça bem o peso da tradição (hoje poderíamos dizer: extrema especialização) nesses núcleos populacionais

(84) Baldaque da Silva, «Estado Actual das Pescas em Portugal», cit., pág. 385.

(85) Octávio L. Filgueiras, «O Barco Poveiro», cit. págs. 59 e 60 (Brasil); pág. 60 (Angola e Moçambique); Flávio Gonçalves, «Os Pescadores Poveiros em Angola e Moçambique», in Boletim Cultural «Póvoa de Varzim», vol. VI, 1967, n.º 2, pág. 2, págs. 285 a 322.

(86) Agostinho Isidoro, «Os Sabeleres — Uma Família de Pescadores de Matosinhos», comunicações apresentada no II Colóquio de Matosinhos (Junho de 1964 / por publicar); cfr. com «Etnografia», cit., de Xoaquín Lorenzo Fernández, pág. 347. No caso de Matosinhos é de notar que o processo de reacção contra as «artes novas» se verificou num centro de pesca em desenvolvimento através da emigração de pescadores de núcleos de áreas culturais diferentes, o que facilitou a rapidez das aculturações subsequentes, apesar da violência dos primeiros protestos. Mas os núcleos de origem mantiveram até recente data a mais absoluta intransigência quanto aos novos métodos de pesca.

diferenciados, não permitindo — quâse à custa da sobrevivência — mudanças nas tecnologias instituídas pelo uso multi-centenário (87). Só quando as condições de vida, no após guerra, obrigaram o poveiro a servir nas *traineiras* de Matosinhos; só com a destruição da estrutura da colmeia poveira e a correspondente proletarização do pescador; só então nos foi possível assistir a mudança radical nas técnicas de pesca e correspondente utensilagem e equipamento.

É no terço sul do País (onde a passagem a uma fase para-industrial no sector se verifica muito mais cedo) que vemos facilitada a introdução das «artes novas» e de novos barcos através de emigrantes — preponderantemente espanhóis, mas representativos de outra cultura em gênese; ou, quando muito, adivinham-se algumas não vingadas tentativas de cooperativização, destinadas a combater (por uma acção de fora para dentro, ou de cima para baixo) o fatal avanço e domínio do individualismo capitalista (88).

Sem nenhum risco de excesso, avançaremos ao ponto de contrapor às migrações de artífices do norte de Espanha (89), as das colónias de pesca nortenhas. Aqueles, mesmo que sujeitos, noutros tempos, aos estatutos gremiais e ligados à profissão por estirpes familiares, distinguem-se destas, não tanto porque o exercício profissional seria necessariamente mais restrito quanto às incidências na ocupação territorial — podendo admitir também maior mobilidade em fixações temporárias das pessoas (90) —, quanto prin-

(87) O exemplo mais dramático é o dos restos das antigas *campanhas* das xávegas do Furadouro, vegetando na mais horrorosa miséria, sem capacidade para se adaptarem a novas técnicas ou a outro modo de vida.

(88) Jean Poinard, «Portugal Ignorado», Magalhães & Moniz, L.da, Editores, Porto, 1912, págs. 229, 231 a 234, 241. Também, cfr. o «Relatório apresentado ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Governador Civil do Districto do Porto, Presidente da Comissão Districtal do Inquérito às Indústrias, pela Sub-Comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriais», Porto, Typ. de António José da Silva Teixeira, 1881: págs. 20 e 24. Sobre as tentativas de A. Santos em prol da organização de cooperativas suponho que nada existe escrito e muito menos publicado, salvo a parte documental, aliás bem significativa, no estudo cit. de Flávio Gonçalves, «Os Pescadores Poveiros em Angola e Moçambique».

(89) Os pedreiros, cujo rasto se alonga por terras do Barroso e NE. transmontano; os carpinteiros, até construtores de barcos como o do Galeão «Bota Fogo», João Galego, o qual para cá veio no reinado de D. João III (Alberto Sampaio, «O Norte Marítimo», pág. 412). Em raros casos deu-se o inverso, como o do actual construtor de *masseiras*, na vila de Moledo, que foi para Espanha, no fim de 1.<sup>a</sup> Grande Guerra, e lá aprendeu a fazê-las, assim como às «chalanas».

(90) É claro que temos de manter presente o carácter zozonático, ou errante, de certas migrações de pescadores, até ao ponto de alguns grupos acabarem por ser apodados de «ciganos do mar» (cfr. o artigo «Ciganos do Mar» na revista «Club das Donas de Casa», Editorial Organizações, Lisboa, Abril de 1965; e «Estado Actual das Pescas em Portugal», de Baldaque da Silva, cit., págs. 107, 110, 116, 117, 126, 132, 134, 139 e 140).

cipalmente por não constituírem «colónias» à parte. Mais ainda: em relação aos pescadores, teremos de admitir a relação entre colmeias de áreas europeias afins numa espécie de entendimento supra-nacional — mas étnico. Aliás esta «revisão» já ficara em aberto nas conclusões do meu trabalho «Acerca das Siglas Poveiras»: «poderíamos desejar (...) que se verificasse a existência ou a não existência da limitação ou diferenciação de um núcleo (cultural) abrangendo as colmeias do Noroeste (Peninsular), pois em caso afirmativo teria de ser discutida a hipótese de sobreposições de contactos com o norte da Europa [área cultural germânica (91)], ainda que por interpostas zonas (Bretanha? Biscaia?) caracterizando um povoamento litoral por vagas sucessivas determinantes de épocas e feições diferenciadas, a cujo início na 1.<sup>a</sup> Dinastia se seguiu um constante fermentar até aos grandes surtos que acompanharam o apogeu da mais importante colmeia de pesca no fim do sec. XIX, princípios deste século» (92).

Ressalvando o que de ocasional exista num povoamento «por vagas sucessivas determinantes de épocas e feições diferenciadas, a cujo início na 1.<sup>a</sup> Dinastia se seguiu um constante fermentar», avaliemos no plano da possibilidade de contactos as que se inferem duma observação devida a Fonseca Cardoso: «(os poveiros) mareantes sabedores e arrojados percorrem o Atlântico desde as alturas de Lisboa até para além do Cabo Ortegal. Numa das sessões anthropométricas um pescador contou-me que tinha um irmão casado em Bordeus, onde tem ido vê-lo no seu barco» (93); e uma emigração por *vagas* (o que poderia pressupor uma atitude menos pacífica), mas estendendo-se como óleo à tona da água.

(91) E escandinava.

(92) Octávio Lixa Filgueiras, «Acerca das Siglas Poveiras», cit., pág. 27.

(93) Fonseca Cardoso, «O Poveiro — Estudo Anthropologico dos Pescadores da Póvoa de Varzim», in «Portugalia», tomo II, 1905-1908, pág. 519. Interessa assinalar o cuidado com que Xaquín Lorenzo Fernández, em «Etnografía», cit., pág. 334, põe em evidência não só a diferenciação entre os terrenos e a gente do mar («o mar, como a terra, é celoso dos seus homes e imponlle o seu carácter, o campestiño, anque se adique tamém á pesca, é campestiño íntegramente, o mesmo que o pescantín é sempre home de mar por máis que, incidentalmente, poida traballar unha leira») mas também o interesse do estudo histórico da vida do mar no aspecto da cultura popular. Depois de afirmar que não dispõe de elementos que lhe permitam abalar-se a tal empreendimento, nomeadamente no que se refere às embarcações, assinala que «as máis das artes que se hoxe empregan fono traguidas de fora en tempos relativamente recentes; (em comparação com os vestígios de pesca da época dos castros); dum xeito especial, débese ós cataláns que eiquí se víferon a establecer moitos dos novos aparellos, así coma unha chea de modificacións na ulterior laboura do peixe. Outros aparellos son asturiáns, franceses e ingleses», ainda que considere, também, alguns de procedência indígena.

## V — PARA UMA GENEALOGIA DA LANCHA

Será ocioso, insistir, nessa altura no papel desempenhado pela multiplicidade de relações estabelecida, por via marítima, com o Norte, na estratificação da nossa sociedade medieval. Geralmente os autores que se dedicam à história dos barcos referem a «descida» das embarcações dessas paragens, após as surtidas dos normandos, e a influência que exerceram até ao Mediterrâneo, centrando-se num tipo especial de nave comercial — a *coga*. A análise do mesmo fenómeno, à escala das pequenas embarcações reveste maior dificuldade.

Como já atrás referira, a semelhança formal de alguns barcos de pesca do fiorde de Roskilde, com os nossos modelos poveiros, tinha-a apreciado directamente, quando Crumlin-Pedersen me levara a visitar a aldeia de pescadores de Roskilde e fora-me confirmada pela sua carta cujo trecho reproduzi. A dúvida residia na diferença dos sistemas construtivos, respectivamente o escandinavo-germânico, de *tábua trincada*, e o de tabuado liso, adoptando um traçado conhecido pelo nome de «Gabarit de St. Joseph». Esta diferença opunha aqueles dos efectivos do Noroeste Peninsular, denunciadores da influência do primeiro (os barcos fluviais dos nossos três principais rios — Minho, Lima e Douro — e a dorna galega), aos modelos informados pelo segundo, e assegurando o quase exclusivo da costa até ao Douro, em representatividade tipológica. Esclareceu-se, depois, o facto da difusão do segundo método até às costas atlânticas francesas. É bem verdade que outra explicação lógica, para algumas pessoas consistiria em dizer com Alberto Sampaio: «o contacto com os Normandos na última fase, o ensino dos genoveses (...) e as relações directas com os cruzados, subministraram os conhecimentos indispensáveis, relativos quer à arte de construir embarcações e manobrá-las, quer ao comércio com o Norte e o Levante» (94) — i. é, a exemplificação da posição de charneira que beneficiou o noroeste, ou de ponto de encontro das culturas nórdica e meridional, segundo as expressões de Michel Mollat (95). Mas bastaria seguir os indícios de traços fundamentais duma unidade cultural e étnica entre colmeias pescadeiras, para antevermos, numa coerente panorâmica de inter-relações, a chave do problema: de preferência à adopção directa de qualquer modelo da estirpe do

(94) Alberto Sampaio, «As Póvoas Marítimas», cit., pág. 310, e «O Norte Marítimo», cit., pág. 384.

(95) Michel Mollat, «Notes sur la Vie Maritime en Galice au XIIe Siècle d'après l'Historia Compostellana», cit., págs. 531 e 533.

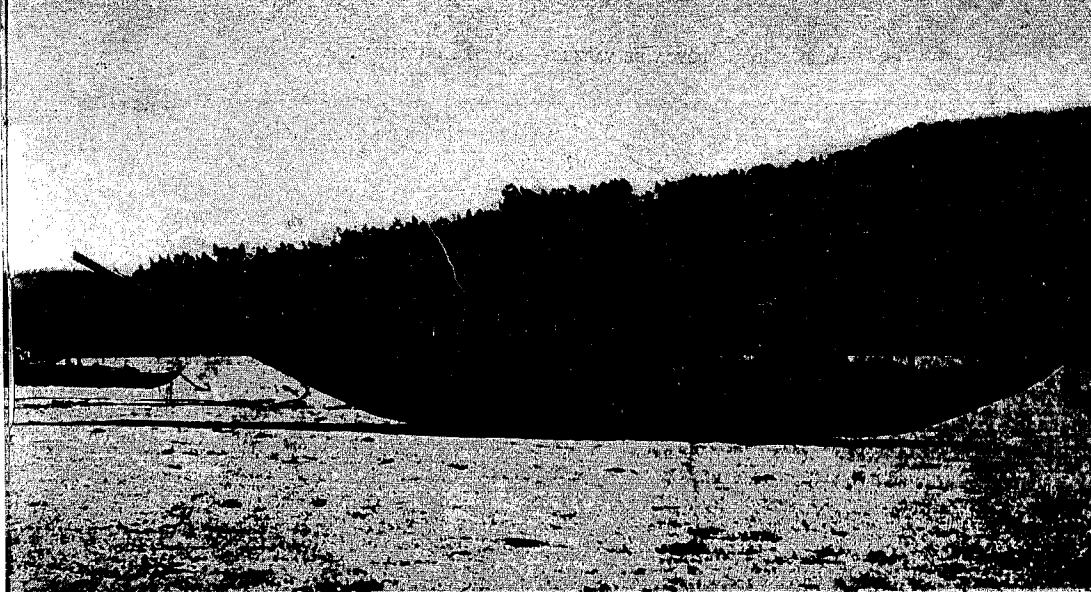


Fig. 31 — *Saveiro* de Valbom: barco característico do Rio Douro, representativo duma técnica de construção naval escandinavo-germânica.

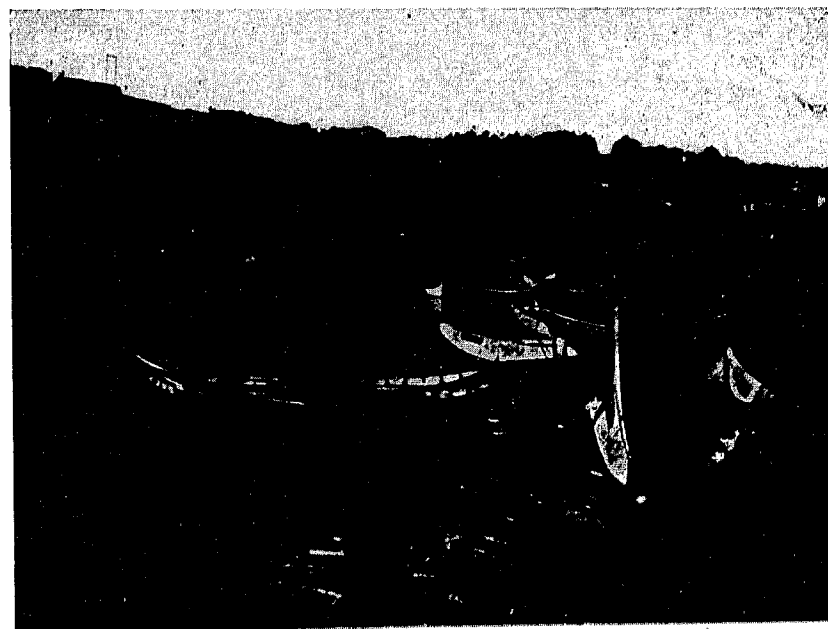


Fig. 32 — As *batetras*, que da ria de Aveiro se difundem até ao Douro (ou até Vila Real de S.to António) atestam uma influência cultural cujas origens se situam no próximo Oriente (Ir) e se estendem pelo Mediterrâneo nas zonas de contacto com o mundo árabe.

«håvebad», os reflexos de longínqua influência frísia estariam coadidos por um escalonamento que, da Bretanha, nos atestaria, também, as alegadas similitudes com alguns dos barcos dessa outra zona. Por outras palavras: um barco de pano bretão e casco aparentado com os de alguns modelos das costas francesas (p. ex. o *sinagot*) — ainda que de «linha nórdica» mais ou menos próxima — introduzido na Galiza, mercê da existência de relações específicas e inequívocas das colónias pescadeiras, situar-se-ia dentro de uma linha de difusão no sentido norte-sul que acabaria, então, no rio Douro, dado que a progressão até Buarcos é pontual e as extensões até Guala, Nazaré, Cascais, Sesimbra e Setúbal (17) constituem factos accidentais, e em flagrante discrepância com as linhas de força das etnias aí fixadas e índole de tal zona (96).

Por outro lado, deverá ter existido no processo, não um jogo simples de influências, mas o de interacções que teriam permitido mútuo enriquecimento: «dans le monde des marins spécialistes des relations internationales, le Nord-Ouest Ibérique, du Douro aux provinces basques, a connu une vocation originale. Faut-il attribuer aux dangers de la mer de Biscaye, particulièrement exigeante, l'éveil des qualités nautiques? Quelle part faut-il accorder aux influences mutuelles reçues en cette zone médiane, du Nord et du Midi? Là, en tout cas, des perfectionnements nautiques ont été inventés, adaptés ou mis point: on sait l'importance du gouvernail d'étambot, appelé, par extension, «timon bayonnais», ou «navarresque»; on sait aussi sa diffusion tant au Nord qu'au Midi» (97).

Quem sabe o que um dia estaremos habilitados a desvendar neste campo?

Por agora, baseado na argumentação expendida, limitar-me-ei a destacar o carácter unitário da ocupação da costa até ao Douro e da relação directa entre as colmeias de pesca e os seus barcos típicos. Nestas circunstâncias me permiti sugerir um limite geográfico.

Assim ficaria rectificada a discrepância que nos mapas da distribuição e sentido de difusão das nossas espécies navais constituía ponto de reparo (98) pela aparente inversão do sentido

(96) Também não podendo explicar o mecanismo da expansão das *lanchas* até à extrema sul do nosso país.

(97) Michel Mollat, «Notes sur la Vie Maritime en Galice au XIIe Siècle, d'après *L'Historia Compostellana*», cit., pág. 531.

(98) Cfr. legenda da Fig. 31 de «Barcos da Costa Norte...», de minha autoria (apesar do pendor das observações de págs. 24, 25 daquele trabalho, cuja revisão agora se pretende marcar).

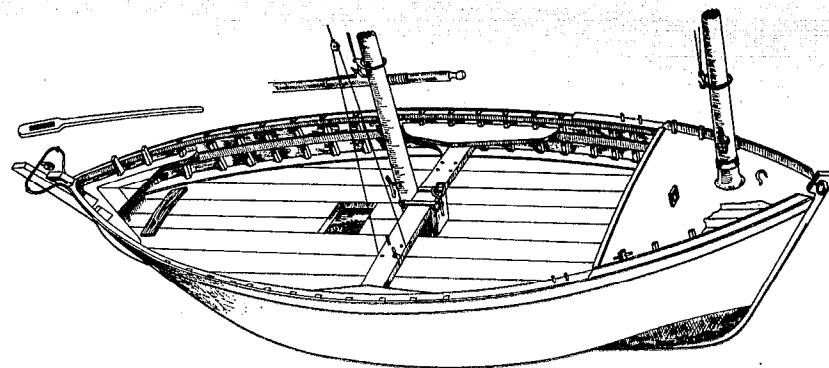


Fig. 33 — O *sinagot* (pormenor dos planos desta embarcação da Bretanha editados pelo Museu de Marinha de Paris, cujo conhecimento devo ao Dr. A. Percier).

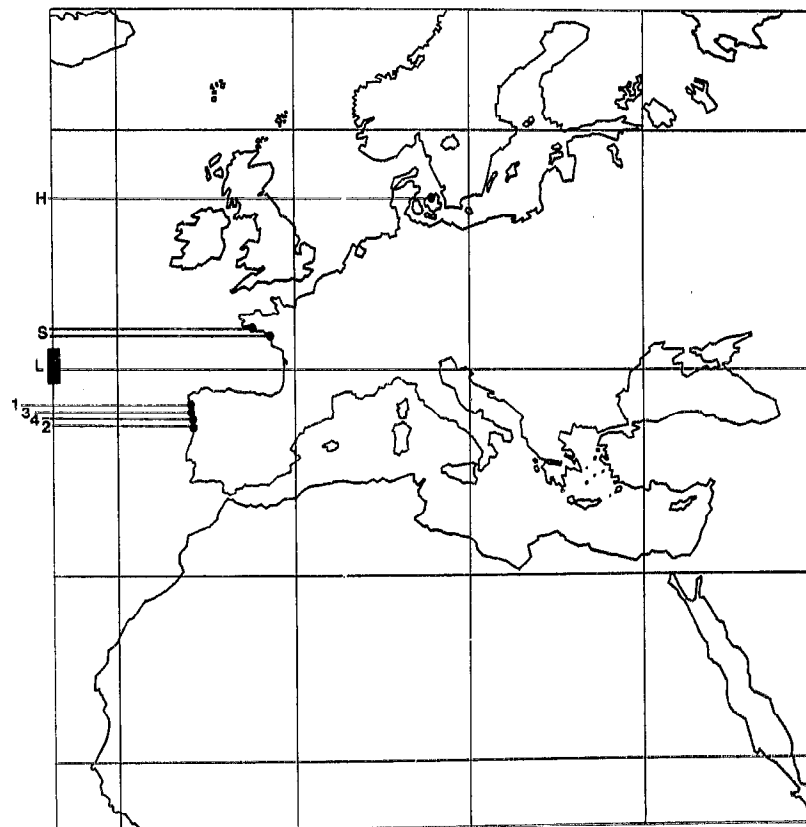


Fig. 34 — Pontos principais de referência na análise da difusão deste género de embarcações: H (Håvebad — Roskilde, Dinamarca); S (Sinagot — Lorient/Concarneau, Bretanha); L (Landes — zona desértica até recente data). Barcos do tipo poveiro: 1 — Rias galegas; 2 — Buarcos; 3 — Póvoa de Varzim, Viana, Caminha; 4 — Rio Douro.

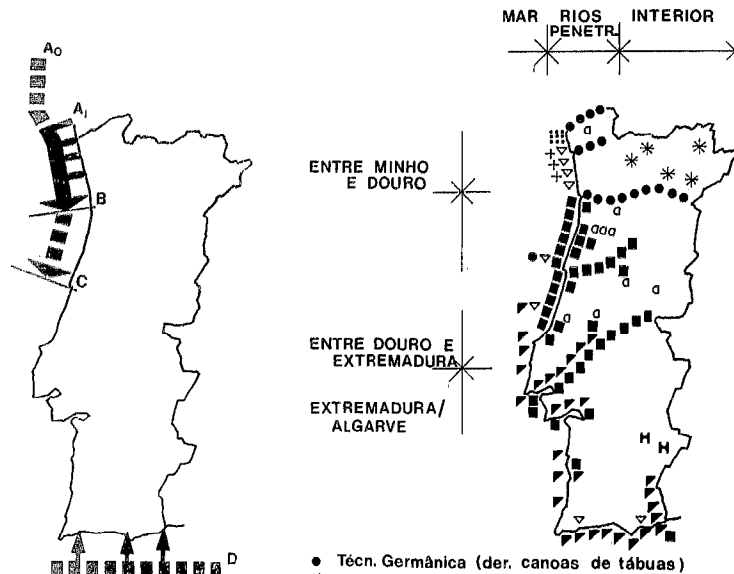


Fig. 35

Fig. 35 — Sentido provável da difusão das lanchas "poveiras": A<sub>0</sub> — do Norte (Bretanha, com possíveis relações da Escandinávia?) através da Galiza; A<sub>1</sub>-B — Fixações principais desde Caminha até ao rio Douro, incluindo Viana do Castelo e evidentemente, Póvoa de Varzim. C — Extensão (séc. XV) para Buarcos (da Galiza) e subsequente, mas circunstancial, difusão até Lisboa e Setúbal (não indicadas no desenho para não originar dúvidas quanto ao género de colónias que correspondem às fixações efectivas). D — As lanchas do Algarve (bem como as Mediterrânicas) constituiriam reflexo duma influência vinda do N. da Europa.

Fig. 36 — Mapa actualizado da distribuição das embarcações regionais portuguesas (a legenda encontra-se, igualmente, revista).

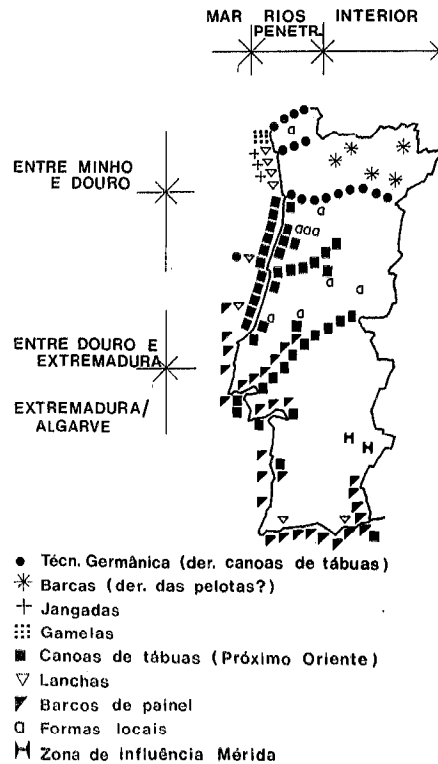


Fig. 36

de difusão relativamente ao «nexo» da zona do noroeste: então, a uma influência germânica caracterizadamente terrena (secs. V a VII?) (99) seguir-se-ia, mais tarde (sec. XII em diante), a de renovadas culturais do Norte (a partir da Galiza e com feição de progressão litorânea) assim se reforçando, sob certos aspectos, a sua especificidade (ou originalidade?) própria (100).

## VI — SITUAÇÃO NO TEMPO

Michel Mollat é de opinião «qu'il faille remonter dans temps, au moins jus'au début du XIIe siècle, pour entendre les premières réactions des populations côtières du Nord Ouest ibérique aux influences venues du Nord et surtout du Midi» (101). Para Alberto Sampaio, a «época primordial da indústria» (da pesca) no nosso País (102) é a de Sancho I: trata-se do desenvolvimento de uma actividade organizada, porquanto a tese da persistência duma atribulada actividade de pesca, durante a fase inicial da pirataria sarracena é por ele igualmente aceite (103). Admitindo que a fixação de algumas povoações data dessa altura (1185-1210), só dos meados do século XIII é que encontraremos em Kalmar (Suécia) um barco com algumas características bastante aproximadas das

(99) Octávio Lixa Filgueiras, «Construções Navais Portuguesas», cit., pág. 14 (Rics de Penetração — I).

(100) Alberto Sampaio, em «O Norte Marítimo», ao apreciar a evolução do poder central nas suas relações com os povoadores, muito claramente invoca a diversificação rática dominante:

«O mecanismo governamental se era pesado e tosco» (na 1.<sup>a</sup> Dinastia) «adaptava-se perfeitamente á diversidade de gentes e condições da nação. Cada uma das raças que habitavam esta crista do litoral» (nortenho) «podia desenvolver-se desembaraçadamente segundo a sua capacidade progressiva. Não se tinha operado a profunda revolução política, que nos reinados subsequentes vestirá a monarquia á italiana com uma verdadeira capital — a que pela exiguidade do território terá de absorver tudo para sustentar a grandeza correspondente posto que ilusória. O governo não se transformara, por enquanto em bomba aspirante, fazendo convergir todos os elementos de progresso num ponto dado» (ob. cit., pág. 396) / «D. João II destruindo a independência medieval, as liberdades e organizações municipais, não soube dar ás diversas raças a coesão nacional; em vez duma nação fundou antes uma casa de negócio, cuja prosperidade dependeria tanto das condições fortuitas como da habilidade do patrão» (ob. cit., pág. 404).

(101) Michel Mollat, «Notes sur la Vie Maritime en Galice au XIIe Siècle d'après l'Historia Compostellana», cit., pág. 531.

(102) Alberto Sampaio, «As Povoações Marítimas», cit., págs. 325, 332 e 336.

(103) Id. ib. pág. 311 (em todo o caso, no texto a que corresponde a nota 75, considera que a lenda da doação de Varzim provaria a inexistência de povoamento na enseada poveira, devido às condições de insegurança que então se verificavam).

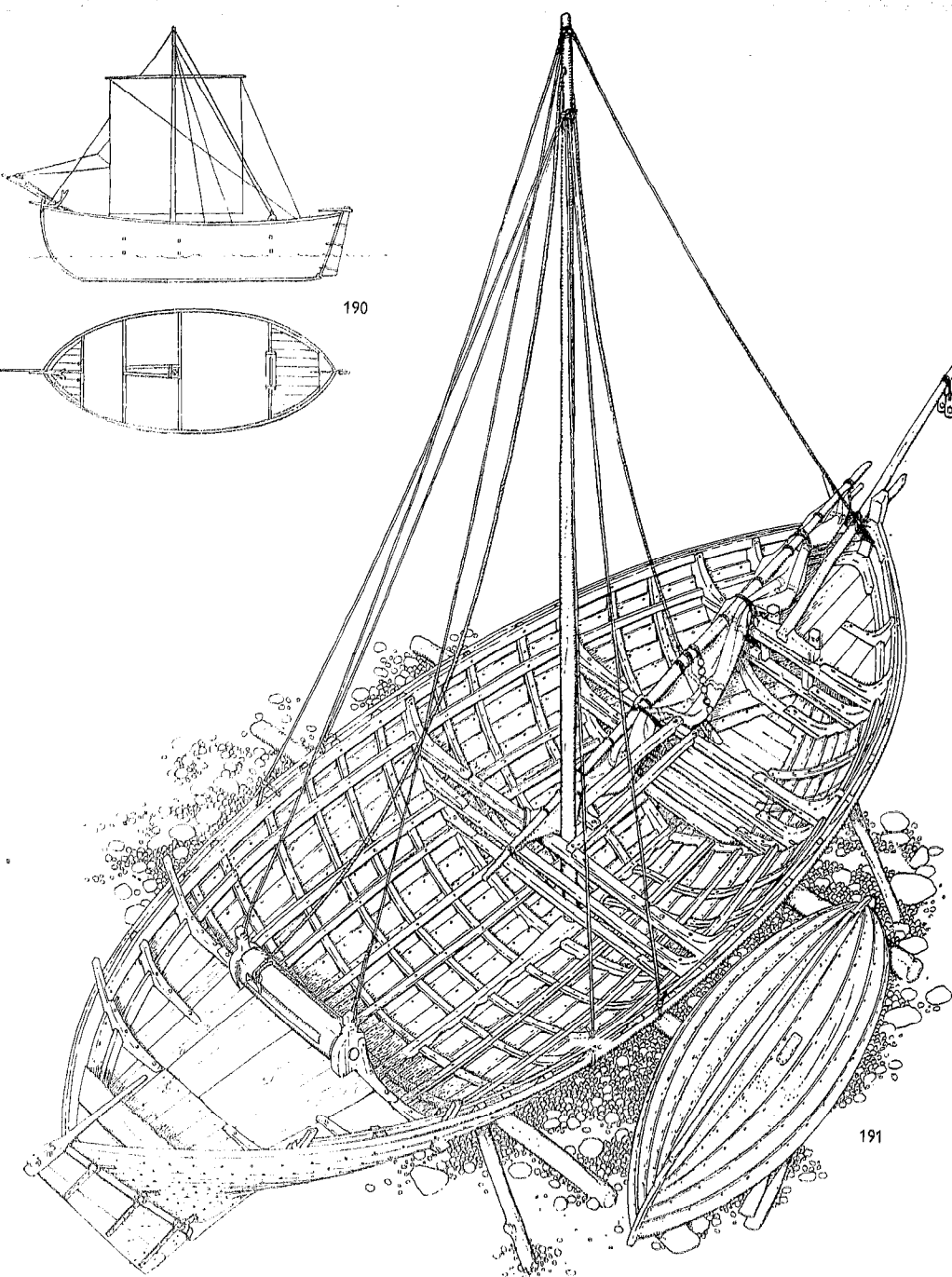


Fig. 37 — Reconstituição do Barco de Kalmar, por Björn Landström, ob. cit., pág. 75.

das nossas lanchas (104). Mas até uma data que já se pode considerar avançada — 1460 (105) — as únicas referências a nomes de embarcações de pesca mencionadas na documentação disponível limitam-se a pinácias, barcos, barcas e caravelas (106)! A palavra *lança* não figura então! Quando apareceu este modelo? Quando apareceu a denominação? Qualquer outro nome o teria baptizado inicialmente? A referência mais antiga que conheço é do séc. XVIII (107)! Mas sobre isto não me permito qualquer observação; a não ser a de que a antiguidade duma determinada fixação humana (colónia) não obriga necessariamente a igual antiguidade do tipo de barco que hoje lhe reconhecemos como característico. Disporiam de lanchas os pescadores galegos da fundação de Buarcos, nos meados do séc. XV?

Chegaremos a concluir que a representatividade do «barco poveiro», a que nos habituamos em relação a estas póvoas, é mais recente do que a fundamentação étnica das mesmas? E, então, qual ou quais teriam sido o(s) barco(s) anteriormente usado(s)? Que contribuição nos traria o estudo do «canote» ou «batel» de Fão (108)?

É agora a vez dos historiadores e outros especialistas se debruçarem sobre alguns destes aspectos, porque este caso é de tal magnitude e dificuldade que não cabe nas mãos (e na cabeça, e nos olhos) de uma única pessoa resolvê-lo.

(104) Figs. 188 a 191, págs. 74, 75 de «O Navio» de Björn Landström, Publicações Europa-América. Do século XIII é, igualmente, a representação de um barco na igreja de Fide (Gotlândia) cuja análise comparativa também pode interessar (id. ib. figs. 174 e 175 de pág. 69).

(105) Cfr. «Terminologia Naval Portuguesa anterior a 1460», da Dr.<sup>a</sup> Maria Alexandra Tavares Carbonell Pico, ed. Sociedade de Língua Portuguesa, Lisboa — 1963.

(106) Aliás não sabemos a que tipos de barcos correspondam tais denominações.  
(107) Relativa ao barco poveiro, claro: trata-se das «Memórias Paroquiais» de 1758, transcritas no Boletim Cultural «Póvoa de Varzim», vol. I, n.º 2 (1958), pág. 335. Segue-se-lhe, na descrição da enseada da Póvoa, Francisco Félix Henriques da Veiga Leal, reprod. na ob. cit. de Mário Silva, pág. 175 — também de 1758 —, e Constantino Botelho de Lacerda Lobo: «Memórias sobre algumas observações feitas no anno de 1789 relativas ao estado da Pescaria da Província de Entre Douro e Minho», cit., pág. 249. Certamente que já Fernão Mendes Pinto, na «Peregrinação» fala de outras «lanchas» (cap. 144 da sua obra escrita na 2.ª metade do séc. XVI e cuja 1.ª ed. é de 1614; esta cit. encontra-se na 10.ª ed. do «Grande Dicionário da Língua Portuguesa» de António de Moraes e Silva, Editorial Confluência, Lda, Lisboa).

(108) Poderá relacionar-se este tipo de barco com os «Kaags» nórdicos (cfr. fig. 13, pág. 105 de «Cog — Kogge — Kaag» de Ole Crumlin-Pedersen, já cit.)?





Fig. 38 — Que importância terá o canote de Fão no estudo de relações com o "Håvebad"?

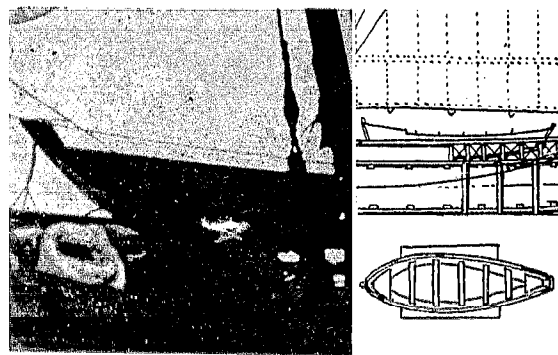


Fig. 39 — Inicialmente aliciara-me a flagrante similitude da reconstituição do bote do navio de Sidon (à esquerda; reprod. da ob. cit. de Zvi Herman) com as lanchas; quanto à reconstituição do bote do navio de Pompeia (à direita, reprod. da ob. cit. de Björn Landström), a diferença de concepções que ressalta vai ao ponto de a proa ser de painel (e não a popa como por lapso vai apontado em "O Barco Poveiro").

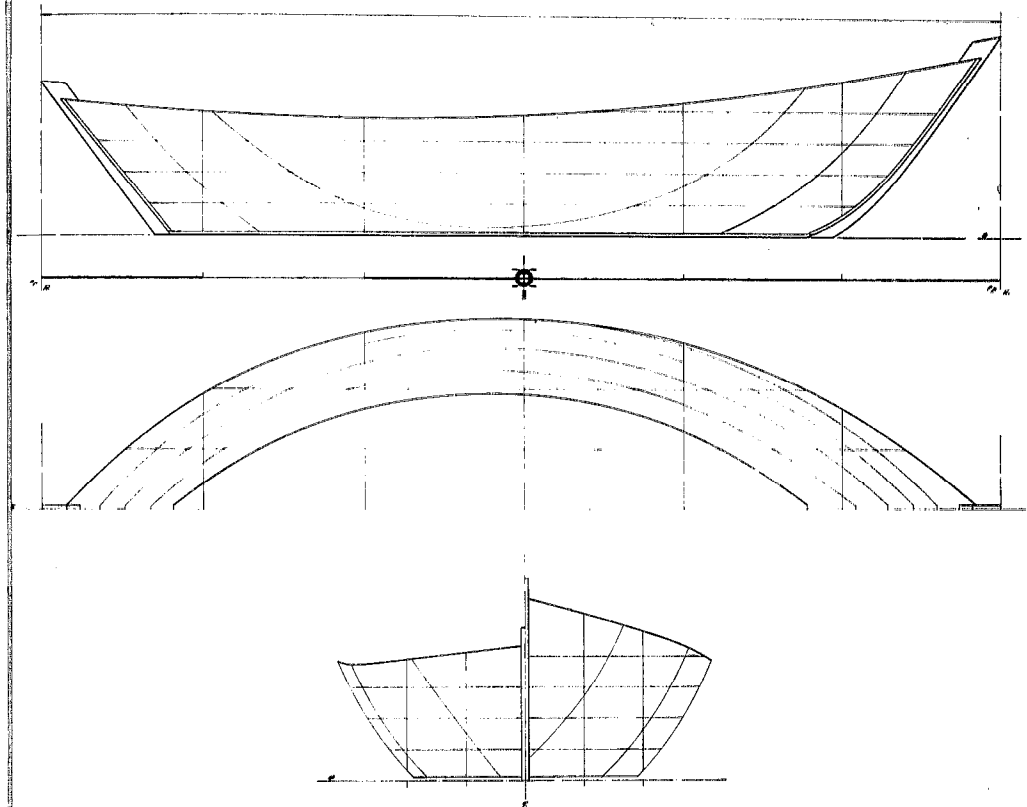


Fig. 40 — Plano Geométrico do Canote de Fão (levantamento de Alfredo Parroca).



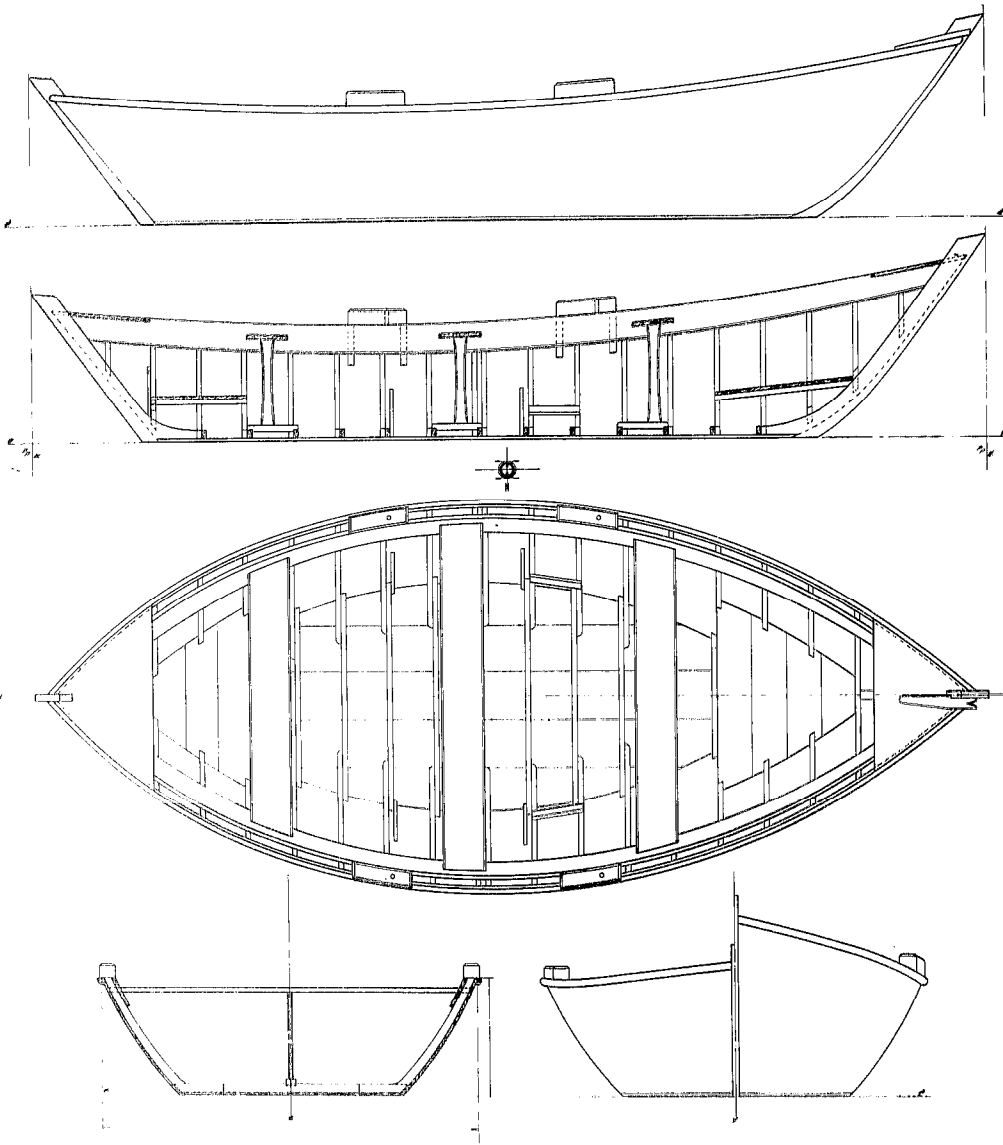


Fig. 41 — Canote de Fão — Vista e corte longitudinal; vista da boca; corte transversal e vistas de proa e popa (levantamento de Alfredo Barroca),

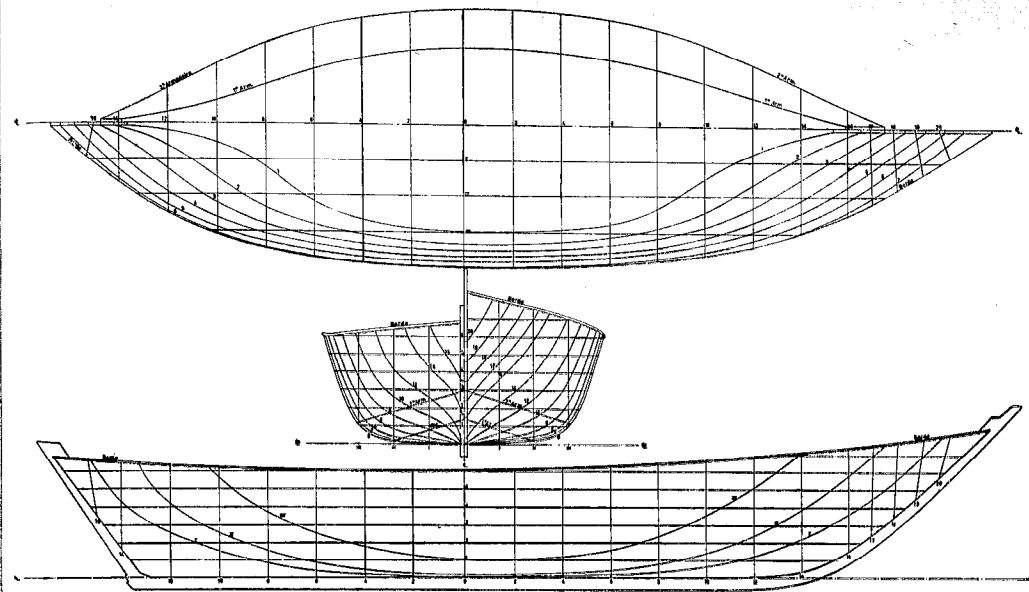


Fig. 42 — Lancha poveira — Plano geométrico (seg. o Dr. Manuel Leitão, talvez de Manuel Gonçalves Amaro — original do Arquivo do Museu de Marinha).

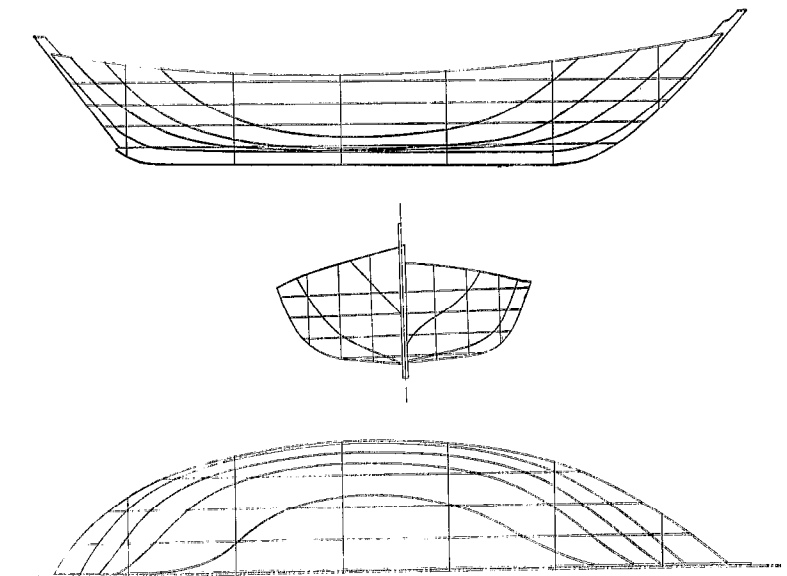


Fig. 43 — Catraia poveira — Plano geométrico (levantamento de J. A. da Cruz Gomes).

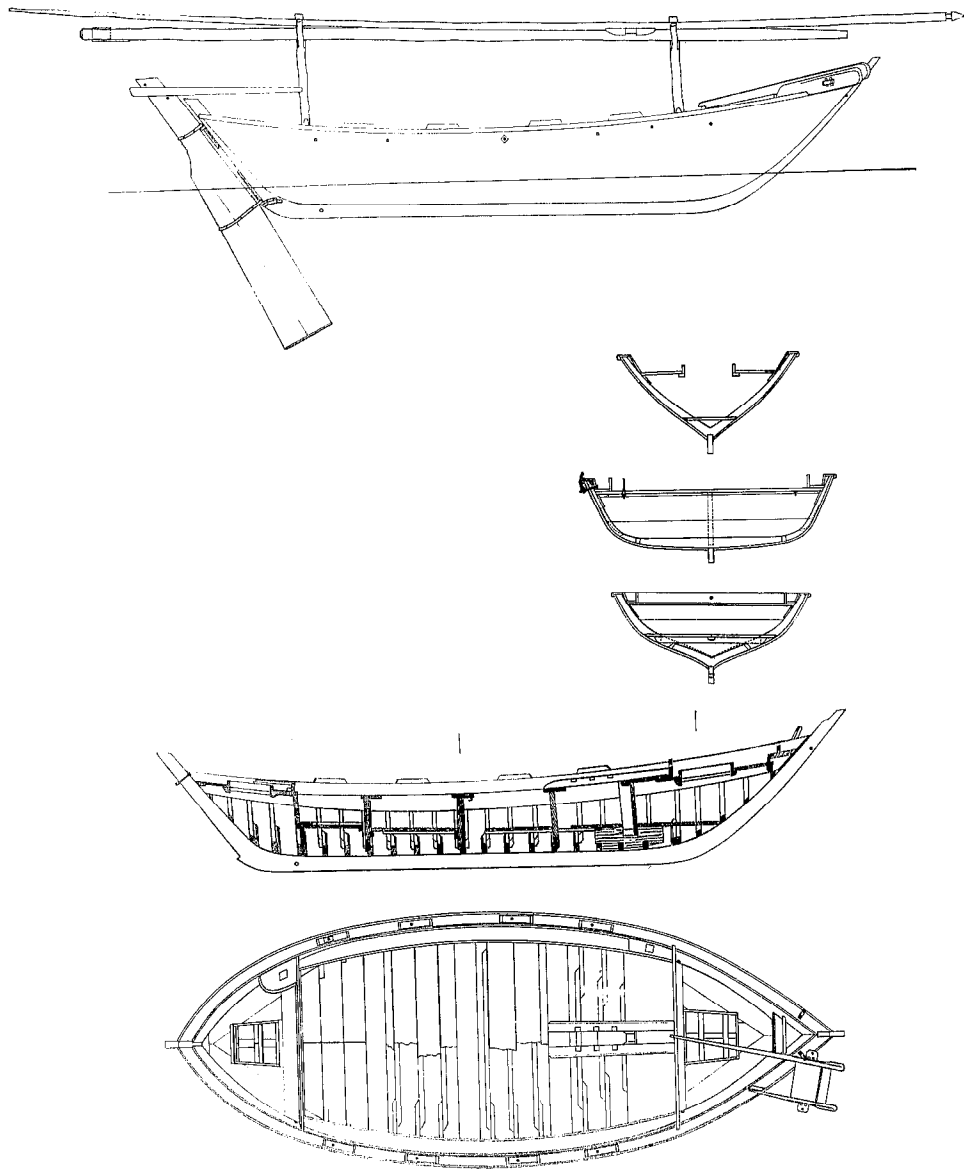


Fig. 44 — *Catraia poveira* — Vista longitudinal, cortes transversais, corte longitudinal e vista da boca (levantamento de J. A. da Cruz Gomes).

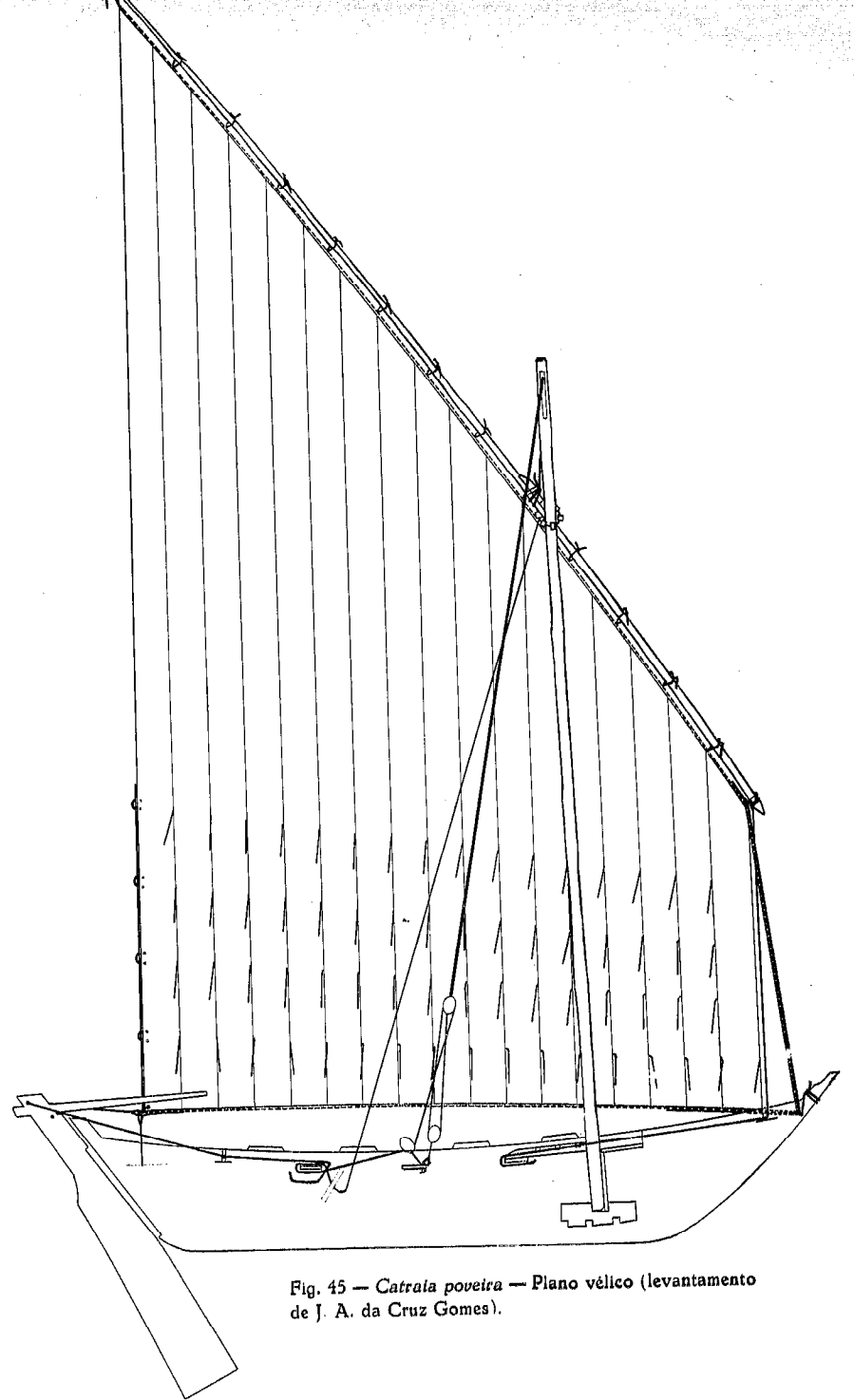


Fig. 45 — *Catraia poveira* — Plano vélico (levantamento de J. A. da Cruz Gomes).

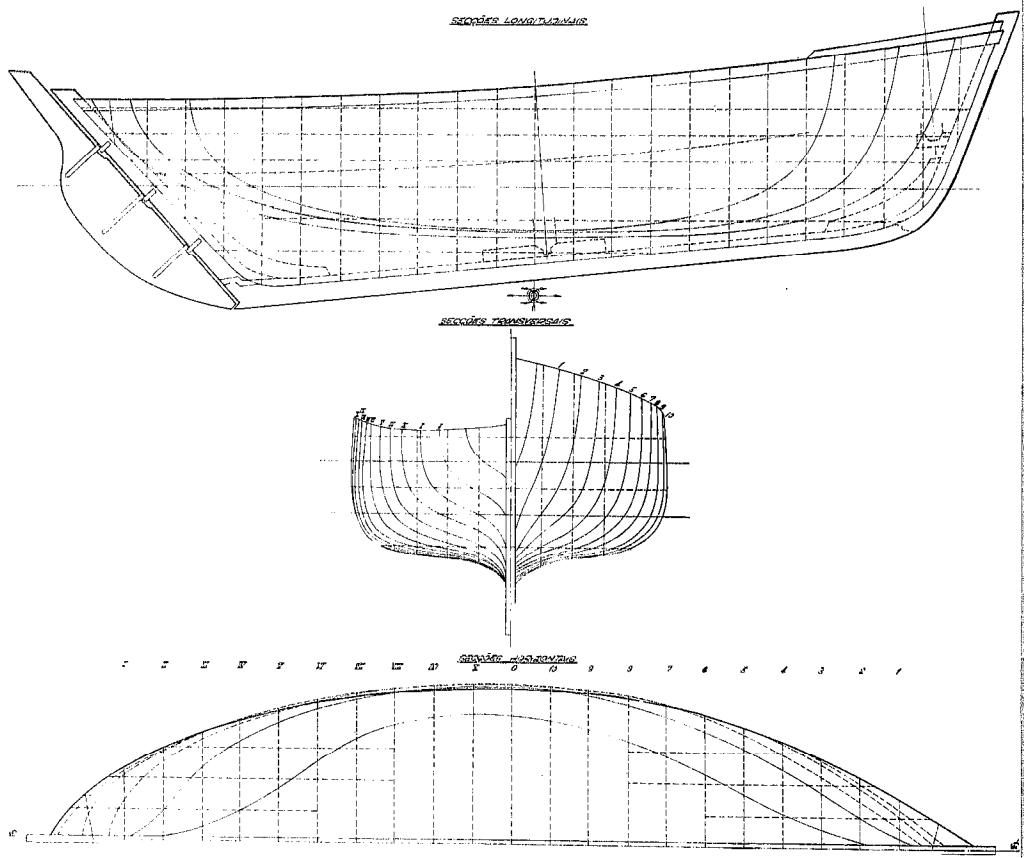


Fig. 46 — Sinagot — Plano geométrico (levantamento do Museu de Marinha de Paris, de que tive conhecimento por intermédio do Dr. A. Percier).

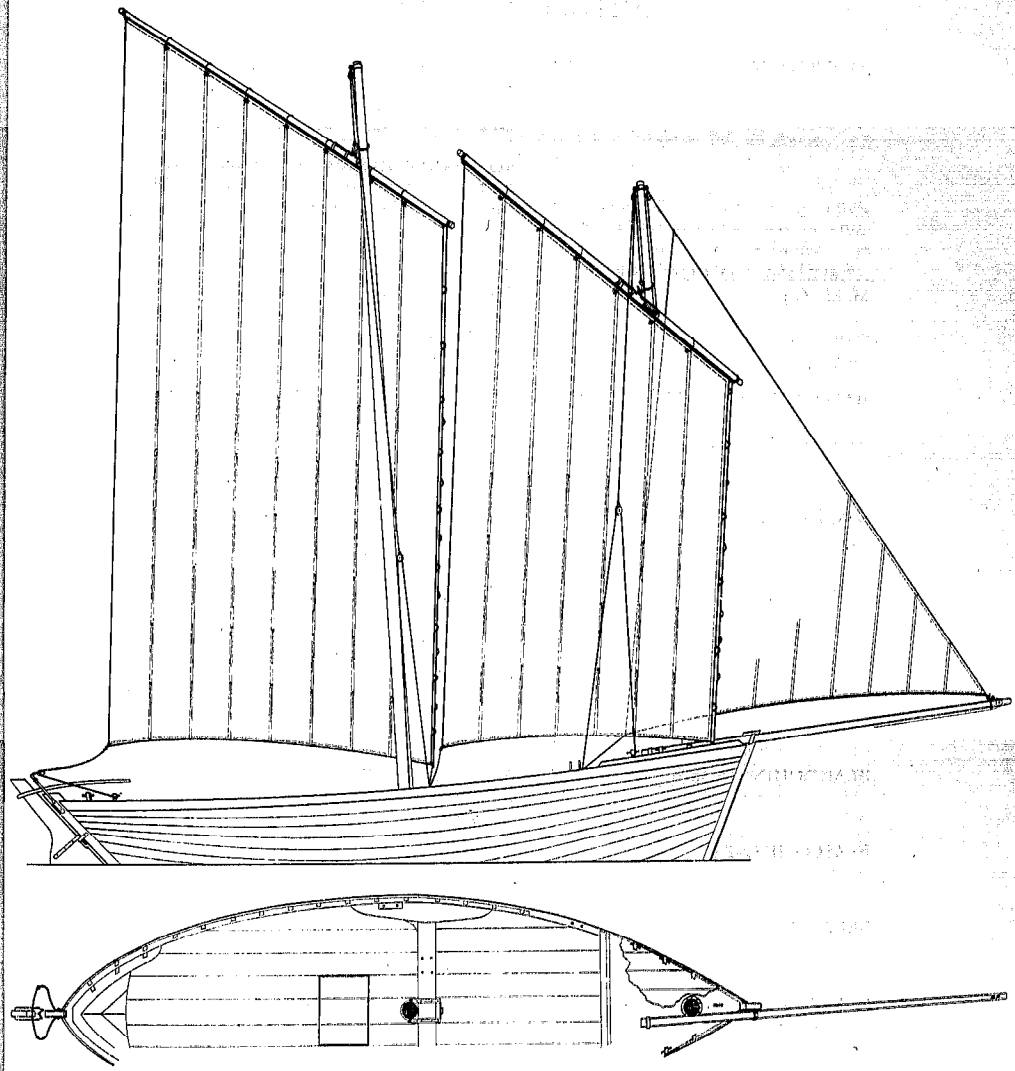


Fig. 47 — Sinagot — Vista lateral, plano vélico e vista da boca (id. lb.).

ÍNDICE DE NOMES PRÓPRIOS,  
AUTORES E OBRAS

- ALBERTO SAMPAIO «As Póvoas Marítimas», in «Estudos Históricos e Económicos» vol. I, Edição da Livraria Chardron de Lello, Irmão, Limitada. Porto, 1923: págs. 255 a 369.
- «O Norte Marítimo», in «Estudos Históricos e Económicos», vol. I, Edição da Livraria Chardron de Lello, Irmão, Limitada. Porto, 1923: págs. 371 a 423.
- ALMEIDA D'ÊÇA (Vicente M. M. C.) «As Pescas em Portugal», in «Notas sobre Portugal» — Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908 — Secção Portuguesa. Ed. Imprensa Nacional — Lisboa, Vol. I, 1908, págs. 269 a 286.
- BALDAQUE DA SILVA (A. A.) «Estado Actual das Pescas em Portugal», compreendendo a pesca marítima, fluvial & lacustre em todo o Continente do Reino, referido ao ano de 1886. Ed. Imprensa Nacional, Lisboa — 1891.
- BARBOSA (Fernando) «A Procissão do Corpo de Deus», in Boletim Cultural «Póvoa de Varzim», vol. I, n.º 1, 1958: págs. 145 a 163.
- BARBOSA (Jorge) Vd. «Memórias Paroquiais» «Toponímia da Póvoa de Varzim», in Boletim Cultural «Póvoa de Varzim» n.º 2 do vol. VI (1967): págs. 161 a 208; n.º 1 do vol. VII (1968): págs. 33 a 56; n.º 2 do vol. VII (1968): págs. 212 a 284; n.º 1 do vol. VIII (1968): págs. 39 a 67; n.º 2 do vol. VIII (1969): págs. 253 a 722.
- BEAUDOUIN (François) Menção da semelhança dos barcos poveiros com o *sinagot* e da existência duma *Lanche*.
- BLASCO IBAÑEZ «Cañas y Barros», cit. por A. Santos Graça em «Inscrições Tumulares por Sig'as», págs. 42-43.
- BRUNET Ref. à monografia de B. (vd. Mendes Correia, nota transcr. em «O Comércio da Póvoa de Varzim»).
- CARBONELL PICO (M.ª Alexandra Tavares) «Terminologia Naval Portuguesa Anterior a 1460». Sociedade de Língua Portuguesa, Lisboa — 1963.
- CASTROVIEJO (José Maria) «Galícia, Guia Espiritual de Una Tierra» Ed. Espasa-Calpe, S. A., Madrid — 1960.

- «Ciganos do Mar» in «Club das Donas de Casa», Editorial Organizações, Lisboa, Abril de 1965.
- CORTESÃO (Jaime) «Os Descobrimientos Portugueses», Ed. Arcádia, Lisboa.
- COSTA (Américo) «Diccionario Corographico de Portugal Continental e Insular». Ed. do Autor, Azurara — 1932.
- CRESTON (René Yves) «Considérations Techniques sur la Flotte des Vénètes et des Romains» sep. de «Notices d'Archéologie Armoricaire», in «Annales de Bretagne», tomo LXIII, 1956, fasc. 1.
- CRUMLIN-PEDERSEN (Ole) «Cog-Kogge-Kaag, Traek af en frisk skibstypes historie». Ed. Handels-Og Søfartsmuseets, Årbog 1965.
- Menção a siglas de pescadores dinamarqueses, e semelhanças entre os barcos dinamarqueses e Poveiros.
- FERNANDES THCMASZ (Pedro) «A Pesca em Buarcos», in «Portugalia», tomo I (1889-1903), Porto, págs. 147 a 154.
- FERNÃO MENDES PINTO «Peregrinação», cit. na 10.ª ed. do Dicionário de Moraes; 1.ª abon. da palavra *lancha*.
- FILGUEIRA VALVERDE (José) «Archivo de Mareantes». Ed. Instituto Social de la Marina, Pontevedra — 1946.
- FILGUEIRAS (Octávio Lixa) «Rabões da Esquadra Negra», sep. de «O Pejão». Ed. Empreza Carbonífera do Douro, Porto — 1956. Texto publicado nos n.ºs 87 (Dezembro de 1955, págs. 8 a 11), 88 (Janeiro de 1956, págs. 8 a 11), 89 (Fevereiro de 1956, págs. 8 a 11), 90 (Março de 1956, págs. 8 a 11), 91 (Abril de 1956, págs. 8 a 9) e 93 (Junho de 1956, págs. 8 a 10).
- «Entre Normandos e Árabes nas Margens do Douro», sep. de «Studium Generale», vol. X, Porto — 1963: págs. 5 a 49.
- «Construções Navais Portuguesas», sep. das Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Coimbra-1965: págs. 305 a 332.

«Barcos da Costa Norte, sua contribuição no estudo de áreas culturais», sep. das Actas do III Colóquio Portuense de Arqueologia in «Lucerna», vol. IV (1965), págs. 341 a 372.

«O Barco Poveiro», Póvoa de Varzim, Ed. da Câmara Municipal — 1966 livro-separata do texto publicado no Boletim Cultural «Póvoa de Varzim»: vol. III (1964) págs. 60 a 98 e 272 a 304; vol. IV (1965) págs. 46 a 143 e 269 a 294; e vol. V (1966) págs. 18 a 118.

«Acerca das Siglas Poveiras», sep. das Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia, in «Lucerna», vol. V (1966): págs. 664 a 689.

FONSECA CARDOSO

«O Poveiro — Estudo Antropológico dos Pescadores da Póvoa de Varzim», in «Portugalia», tomo II, Porto, 1905-1908, pág. 519.

FRAIGNEAU (J.)

Envio do postal ilustrado — fot. col. do «sinagot».

GONÇALVES (Flávio)

«Um templo desaparecido», in Boletim Cultural «Póvoa de Varzim», vol. III, 1964, n.º 2, pág. 213.

«Os Pescadores Poveiros em Angola e Moçambique», in Boletim Cultural «Póvoa de Varzim», vol. VI, 1967, n.º 2: págs. 285 a 322.

Ind. s/ a notícia relativa a «O Poveiro». Ind. s/ a distribuição dos pescadores poveiros, na vila da Póvoa.

«Inquérito Industrial de 1890 — A Pesca» Imprensa Nacional, Lisboa, 1891.

«Inquérito Industrial do Porto» — vid. «Relatório apresentado ao Ex.<sup>mo</sup> Governador Civil do Districto do Porto...»

ISIDORO (Agostinho)

«Os Sabeleres — Uma Família de Pescadores de Matosinhos». Comunicação apresentada no II Colóquio de Matosinhos — Junho de 1964 (aguarda publicação)

JORGE DIAS

«Vilarinho da Furna — Uma Aldeia Comunitária». Ed. Instituto de Alta Cultura, Porto — 1948.

«Rio de Onor — Comunitarismo Agro-Pastoril». Ed. Instituto de Alta Cultura, Porto — 1953.

KRUGER (F.)

«Notas Etnográficas — linguísticas da Póvoa de Varzim», in Boletim de Filologia do Centro de Estudos Filológicos, tomo IV, fasc. 1-2, Imprensa Nacional de Lisboa, 1936, págs. 109 a 182.

Ref. à recensão crítica de «O Poveiro» in «Volkstum und Kultur der Romanen».

LACARRIÈRE (Jacques)

«Silence de la Crête» in «Actualité Littéraire», n.º 36, Junho de 1957.

LACERDA LOBO (Constantino Botelho de)

«Memória sobre algumas observações feitas no anno de 1789 relativas ao estado da Pescaria da Província de Entre Douro e Minho» in Boletim Cultural «Póvoa de Varzim», vol. I, 1958, n.º 2, págs. 243 a 254 (parc.).

LANDSTRÖM (Björn)

«O Navio», Publicações Europa-América.

«The Ship», Doubleday & Company, Inc., Garden City, New York.

LEÇA (Armando)

«Leça dos Mareantes» in Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, n.º 4, Junho de 1957: págs. 29 a 42.

LEITÃO (Manuel)

Cit. de indicações na sua carta de 17/1/67. relativas às lanchas galegas.

LE MOS (Maximiano)

«Encyclopedia Portuguesa Illustrada». Ed. Lemos & C.<sup>o</sup>, Successor, Porto.

LORENZO FERNANDEZ (Xoaquín)

«Etnografía», 2.º vol. de «Historia de Galiza», dir. de Ramón Otero Pedrye. Editorial Nós, Buenos Aires — 1962.

MARTINEZ-BARBEITO (Carlos)

«Galícia». Ediciones Destino, Barcelona, 2.ª edição, 1965.

MARTINS BARATA (Jaime)

«Os Navios do Infante e os Barcos da Costa de Portugal», in «O Diário de Notícias» de 29 de Agosto de 1960.

«Memórias Paroquiais», de 1758, in Boletim Cultural «Póvoa de Varzim», vol. I, n.º 2 (1958), págs. 281 a 340 (com anotações de Fernando Barbosa).

MENDES CORREIA (A. A.)

Apreciação da obra de Santos Graça «O Poveiro» em «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia»; e na notícia da reunião da mesma Sociedade, em «O Comércio da Póvoa de Varzim».

- MERRIEN (Jean) «Dictionnaire de la Mer». Ed. Robert Laffont, Paris — 1958.
- MOLLAT (Michel) «Notes sur la Vie Maritime en Galice au XIIe Siècle, d'Après l'*Historia Compostellana*», Anuario de Estudios Medievales, Instituto de Historia Medieval de España vol. I, Barcelona — 1964: págs. 531 a 540.
- MONTEIRO (Rafael) Ref. existência de siglas em Sesimbra (sec. XVI).
- MORAIS e Silva (António de) «Grande Dicionário da Língua Portuguesa» 10.ª ed., Editorial Confluência, L.da, Lisboa.
- OLIVEIRA MARTINS «Portugal nos Mares», cit. por A. Sampaio E. H. E. pág. 393.
- PERCIER (A.) Emprést. dos planos do «sinagot».
- PINHO LEAL (Agusto S. A. B. de) «Portugal Antigo e Moderno», Livraria Editora de Mattos Moreira & C.ª, Lisboa, 1873.
- PIRES DE LIMA (Augusto César) «Fogo de Santelmo», in «Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos». Ed. da Junta de Província do Douro Litoral, 2.º vol., Porto — 1948: págs. 7 a 76.
- POINSARD (Léon) «Portugal Ignorado». Ed. Magalhães & Moniz, L.da, Porto — 1912.
- POUJADE (Jean) «La Route des Indes et ses Navires». Ed. Payot, Paris — 1946.
- RAMALHO ORTIGÃO «As Praias de Portugal». Livraria Clássica Editora, Lisboa — 1943.
- RAÚL BRANDÃO «Os Pescadores». Ed. Estúdios Cor, Lisboa — 1957.
- «Relatório apresentado ao Ex.<sup>ma</sup> Governador Civil do Districto do Porto pela Sub-Comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriais». Typographia de António José da Silva Teixeira, Porto — 1881.

- RODRIGUEZ FIGUEIREDO (Modesto) Ref. à ajuramentação perante a imagem de S. Telmo, fórmula de resolução de pleito com pescadores de Aveiro (Pontevedra).
- SÁEZ (Emílio) Ref. ao uso do ramo firmando um contrato (direito visigótico).
- SANTOS GRAÇA (A.) «O Poveiro». Ed. do Autor, Póvoa de Varzim — 1932.
- «Pescadores do Alto — Os *Valboeiros*», in «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», vol. IX, fasc. 3, Porto — 1941: págs. 209 a 211.
- «Inscrições Tumulares por Siglas». Ed. do Autor, Póvoa de Varzim — 1942.
- «Epopeia dos Humildes» (Para a História Trágico-Marítima dos Poveiros), Póvoa de Varzim — 1952.
- SANTOS GRAÇA (Armando) Ref. à apreciação crítica de «O Poveiro» por Mendes Correia.
- SILVA (MANUEL) «A Póvoa e as suas Crises Económicas», in Boletim Cultural «Póvoa de Varzim», vol. II (1959), n.º 1, págs. 156 a 197.
- SOUTO (Alberto) Ref. de Augusto César Pires de Lima sobre informações de A. S. sobre o culto de Santelmo em Aveiro.
- Van GENNEP Ref. in recensão crítica de «O Poveiro» no «Mercure de France».
- Van LOON (H.) «Navios, e de como êles singraram os sete mares». Ed. da Livraria do Globo, Porto Alegre — 1963.
- VEIGA LEAL (Francisco Félix Henriques de) Descrição da enseada da Póvoa de Varzim, reproduzida na ob. cit. de Mário Silva.
- VEIGA DE OLIVEIRA (Ernesto) GALHANO (Fernando) «Casas dos Pescadores da Póvoa de Varzim», sep. do fasc. 3-4 do vol. XV de «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Porto — 1957.
- «A Apanha do Sargaço no Norte de Portugal» in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», sep. do fasc. 1-2 do vol. XVI, Porto — 1958.

*Boletins*

- ANNALES DE BRETAGNE Tomo LXIII, 1956, fasc. 1.
- ANUARIO DE ESTUDIOS MEDIEVALES, Instituto de História Medieval de España, Barcelona, n.º 1, 1964.
- BEM (A) DA LÍNGUA PORTUGUESA — Boletim da Sociedade de Língua Portuguesa, n.º 6, Nov. Dez. 1970.
- BOLETIM DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE MATOSINHOS N. 4, Junho de 1957.
- BOLETIM CULTURAL «PÓVOA DE VARZIM», Póvoa de Varzim, 1958, 1959 e 1964 a 1969.
- BOLETIM DE FILOGIA, do Centro de Estudos Filológicos, tomo IV, fasc. 1-2, Imprensa Nacional, Lisboa, 1936.
- LUCERNA Porto — 1965, 1966.
- PORTUGALIA Tomo I, 1889-1903; Tomo II, 1905-1908.
- STUDIUM GENERALE Porto — 1963.
- «TRABALHOS DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA», vol. VI, 1933-1934. Vd. (recensão crítica de «O Poveiro») A. A. Mendes Correia; e 1957 e 1958, vols. XV e XVI.
- «VOLKSTUM UND KULTUR DER ROMANEN», ref. à recensão crítica de «O Poveiro» por F. Krüger; e ob. cit. de F. Krüger.

*Revistas e Jornais*

- ACTUALITÉ LITTERAIRE, n.º 36, Junho de 1957.
- «O COMÉRCIO DA PÓVOA DE VARZIM», n.º 9, de Sábado, 4 de Março de 1934 (Ano 31).
- CLUB DAS DONAS DE CASA Editorial Organizações, Lisboa, Abril de 1965.
- O DIÁRIO DE NOTÍCIAS, de 29 de Agosto de 1960.
- O PEJÃO, N.º 87 a 93, 1955-1956.
- «O PRIMEIRO DE JANEIRO», de Sexta-Feira, 3 de Março de 1934, cit. na notícia do «O Comércio da Póvoa de Varzim» do dia imediato.
- «MERCURE DE FRANCE», ref. à recensão crítica de Van Gennep a «O Poveiro».

*Levantamentos / Reconstituições*

- BARROCA (Alfredo) — *Canote de Fão*.
- CRUZ GOMES (Esc. J. A. da) — *Catraia Poveira*.
- LANDSTRÖM (Biörn) — Barco de Kalmar (in «The Ship»).
- MUSEU DA MARINHA (Lisboa) — Lancha Póveira (coleção Seixas — sem ind. de autor, mas possivelmente desenhada por Manuel Gonçalves AMARO, de Vila do Conde, segundo ind. do Dr. Manuel Leitão).
- MUSEU DA MARINHA (Paris) — *Sinagot* (por gentil ind. do Dr. A. Percier).
- MUSEU NACIONAL (Copenhague) — *Havbad* (por gentil of. do Dr. Ole Crumlin-Pedersen).